

# BMEP

Boletim Mensal de Economia  
Portuguesa

- Nº 7 | Julho 2008



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia e da Inovação

## **GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## **Ficha Técnica**

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Julho de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Julho.

### **Editores**

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>1</b>
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
<b>Artigos</b>	<b>25</b>
Em Análise:	27
Comércio Internacional de Portugal com os países da CPLP e Investimento Directo	27
Evolução Recente dos Preços das Matérias-Primas e Impacto na Taxa de Inflação	31
Relacionamento Económico com Angola	42
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>49</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>55</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* No 2º trimestre, a evolução da economia norte-americana continuou marcada pela quebra do investimento residencial, enquanto o consumo privado apresentou uma ligeira melhoria e as exportações mantiveram um forte dinamismo.
- \* No conjunto dos meses de Abril e Maio, os indicadores para a área do euro sugerem um abrandamento da procura interna, enquanto as exportações, em termos nominais, registaram um forte crescimento. Em Junho, a inflação manteve uma tendência ascendente, registando uma variação homóloga de 4% (3,7% em Maio).
- \* O BCE subiu a taxa de juro de referência para 4,25% (+25 p.b.) no dia 3 de Julho. A taxa de juro Euribor a 3 meses aumentou ligeiramente, situando-se em 4,96% no dia 21 de Julho (4,94% no final de Junho).
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* diminuiu recentemente, tendo atingido um valor de 131,9 USD/bbl no dia 21 de Julho, (142,8 USD/bbl no final de Junho).

### Conjuntura Nacional

- \* No 2º trimestre, o indicador de sentimento económico da CE para Portugal, apresentou uma evolução desfavorável, face ao 1º trimestre, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho, e também dos consumidores.
- \* A informação disponível para o 2º trimestre sugere um menor dinamismo do consumo privado e um comportamento diferenciado das componentes do investimento, com uma melhoria do segmento da construção e um menor dinamismo no segmento dos bens de equipamento.
- \* Em Junho, a taxa de inflação homóloga foi de 3,4%, mais 0,6 p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,6 p.p. abaixo da verificada na área do euro. A variação média dos últimos 12 meses subiu ligeiramente para 2,7%. A taxa de inflação subjacente foi de 2,3% (mais 0,1 p.p. do que no mês anterior).
- \* No 1º semestre de 2008, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, situou-se em 1900 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 807,2 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O excedente primário foi de 1096,9 milhões de euros, 981,3 milhões de euros acima do registado no período homólogo de 2007. A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 1822 milhões de euros (750 milhões de euros acima do resultado do período homólogo do ano anterior). Os Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e o SNS, apresentaram um excedente de 325 milhões de euros.

### Comércio Internacional

- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Abril de 2008, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 6,6% e 10,2%.
- \* Segundo dados já disponíveis para o período de *Janeiro a Maio de 2008* para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 10,8%, e as importações 19,5%.

- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Abril de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 8,5% em termos homólogos. Desse crescimento, 45,6% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- \* As rubricas das “exportações” de Bens e Serviços que maiores crescimentos homólogos revelaram foram as da área dos Serviços, designadamente as da “Construção” (+42,6%), da “Informação e Informática” (+39,5%), e das “Operações Governamentais” (+29,4%), a que se seguiu o grupo de produtos “Agro-alimentares” (+19,2%), e novamente Serviços: “Outros Fornecimentos por Empresas” (+18,4%), “Financeiros” (+17,7%), e “Seguros” (+15,4%).
- \* No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os serviços “Viagens e Turismo” (14,9%), o grupo de produtos “Agro-alimentares” (13,8%), os serviços “Outros Fornecimentos por Empresas” (11,2%), o grupo de produtos “Químicos” (10,3%), os serviços de “Transportes” (9,6%), e o grupo “Produtos Acabados Diversos” (8,9%).

## 1. Enquadramento Internacional

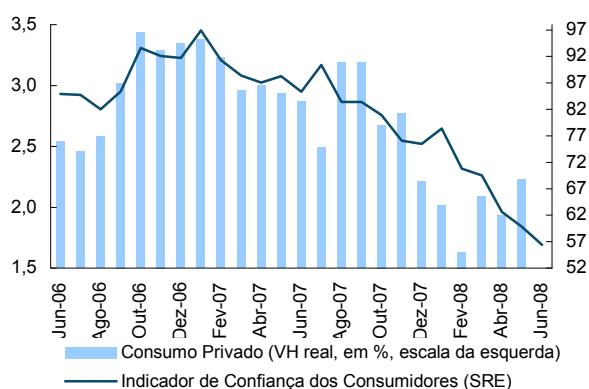
### Actividade económica extra-UE

No 2º trimestre, os indicadores disponíveis para os **EUA** indicam o prosseguimento da quebra do investimento na construção e do enfraquecimento da produção industrial. Por outro lado e em sentido contrário, assistiu-se a uma ligeira melhoria do consumo privado e a um fortalecimento do crescimento das exportações.

No conjunto dos meses de Abril e Maio, em termos homólogos:

- o investimento total em construção continuou a cair, para o qual contribuiu a quebra de 27% no segmento residencial (-28% no 1º trimestre) e o emprego neste sector diminuiu, tendo registado uma quebra de 46 mil, em média mensal, no 2º trimestre (-41 mil no 1º trimestre);
- o consumo privado aumentou 2,1% em termos reais (1,9% no 1º trimestre) e as vendas a retalho cresceram 2,6% em termos nominais no 2º trimestre (3% no 1º trimestre);

**Figura 1.1. Consumo Privado e Confiança dos Consumidores dos EUA**



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; University of Michigan.*

- as exportações continuaram a registar um forte crescimento em termos nominais (19%, que compara com 18% no 1º trimestre);
- a produção industrial abrandou (0%, 1,7% no 1º trimestre).

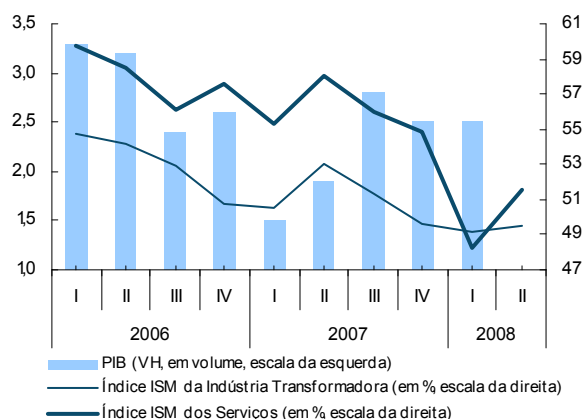
Os indicadores de confiança melhoraram tanto na indústria como nos serviços, e pioraram nos consumidores.

**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	1,9	2,8	2,5	2,5	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,7	1,4	1,8	2,1	1,7	:	1,4	0,1	-0,1	:
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	53,0	51,3	49,6	49,2	49,5	48,6	48,6	49,6	50,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	58,0	56,0	54,8	48,3	51,5	52,2	50,9	53,6	49,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	86,9	85,7	77,5	72,9	59,6	69,5	62,6	59,8	56,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,5	4,7	4,8	4,9	5,3	5,1	5,0	5,5	5,5
China – PIB real	VH	NBSC	11,9	11,9	11,5	11,2	10,6	10,2	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	25,7	27,6	26,5	22,2	21,2	22,5	30,6	21,9	28,1	17,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	1,7	1,8	1,4	1,3	:	-	-	-	-

A taxa de inflação aumentou em Junho, para se situar em 5% em termos homólogos (4,2% em Maio).

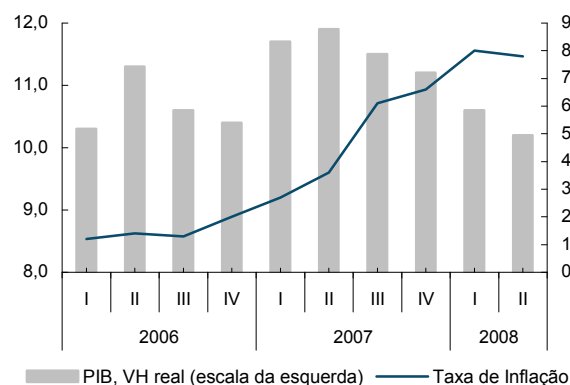
**Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.*  
Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

A actividade económica da **China** desacelerou ligeiramente no 2º trimestre, tendo o PIB aumentado 10,2% em termos homólogos reais (10,6% no 1º trimestre) em resultado do crescimento menos forte das exportações. A taxa de inflação homóloga manteve um crescimento elevado, situando-se em 7,8% (8% no 1º trimestre).

**Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China**

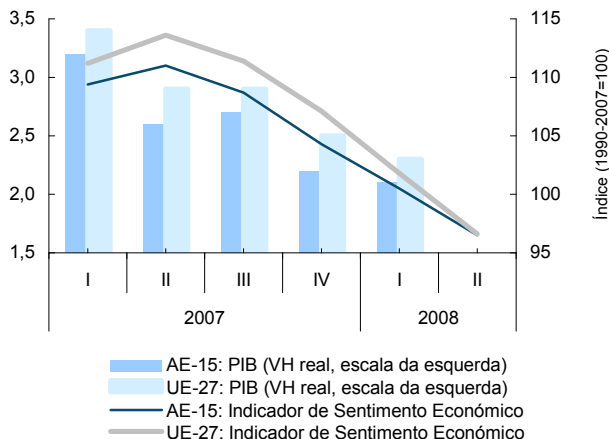


Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

**Actividade económica da UE**

No 2º trimestre, o indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) prosseguiu a sua trajectória descendente, tendo sido extensível a todos os países, com destaque para uma evolução mais desfavorável em Espanha e no Reino Unido. Todas as componentes daquele indicador diminuíram tanto na UE como na área do euro, tendo sido o indicador de confiança dos empresários da construção aquele que registou uma maior deterioração.

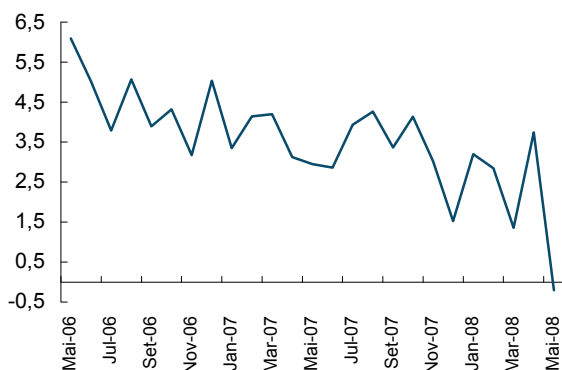
**Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro**



Fontes: CE; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro indiciam um abrandamento da procura interna e uma melhoria do crescimento das exportações.

**Figura 1.5. Produção Industrial da Área do Euro (VH)**



Fonte: Eurostat.

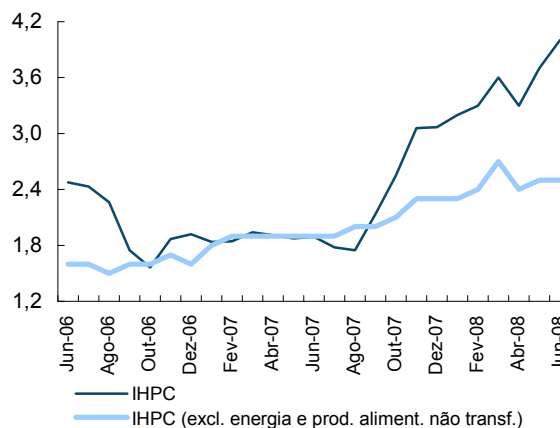
Com efeito, no conjunto dos meses de Abril e Maio e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho registaram uma quebra de 1,3% em termos reais (-0,4% no 1º trimestre), salientando-se uma diminuição significativa tanto na Alemanha como em Espanha;
- a produção industrial abrandou, abrangendo todos os tipos de bens, com destaque para os bens de consumo não duradouros;
- as exportações aumentaram 9,2% em termos nominais (7,4% no 1º trimestre), evolução influenciada pelo desempenho positivo em Abril.

A taxa de desemprego na área do euro manteve-se em 7,2% em Maio, pelo 6º mês consecutivo; no entanto, observou-se nos dois últimos meses, um acréscimo do número de novos desempregados, em parte, atribuído ao aumento registado em Espanha e no sector da construção.

Em Junho, a taxa de inflação da área do euro subiu para 4% em termos homólogos (3,7% em Maio) e para 2,9% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,8% em Maio), associada à aceleração dos preços de energia para 16% (13,7% em Maio) e do forte crescimento dos preços dos produtos alimentares. A taxa de inflação, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados manteve-se em 2,5% em termos homólogos.

**Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)**



Fonte: Eurostat.

**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

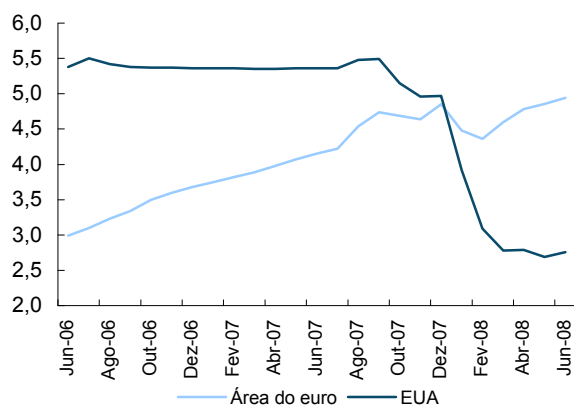
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	2,9	2,9	2,5	2,3	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	113,6	111,4	107,1	101,8	96,6	101,9	98,0	97,1	94,6
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	2,6	2,7	2,2	2,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	111,0	108,7	104,3	100,5	96,5	99,6	97,1	97,6	94,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	3,0	3,9	2,9	2,5	:	1,4	3,7	-0,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,0	1,1	1,1	-0,1	-0,4	:	-1,8	-2,6	-0,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,5	7,4	7,3	7,2	:	7,2	7,2	7,2	:
IHPC	VH	"	2,1	1,9	1,9	2,9	3,4	3,6	3,6	3,3	3,7	4,0

## Mercados Financeiros e Matérias-primas

Em Junho, as taxas de juro de curto prazo (*Libor* e *Euribor* a 3 meses) subiram, tanto nos EUA como na área do euro, para 2,76% e 4,94%, em média, respectivamente (2,69% e 4,86%, em Abril).

Mais recentemente, no dia 3 de Julho, o BCE aumentou em 25 p.b. a taxa de juro de referência para 4,25%, a qual se tinha mantido inalterada desde Junho de 2007.

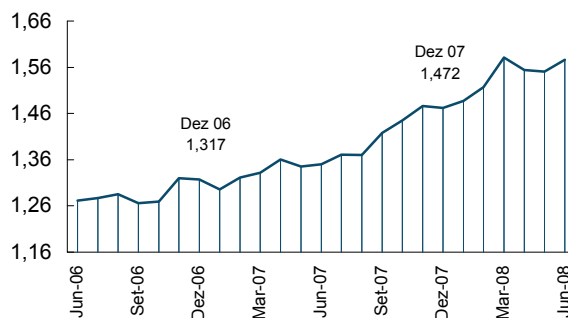
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário**  
(média do período, em %)



Fonte: BCE.

As taxas de juro de longo prazo também subiram, em Junho, nos EUA e na área do euro, para 4,09% e 4,78%, respectivamente (3,87% e 4,43% em Maio), tendência mais acentuada no caso da área do euro.

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar**  
(fim do período)

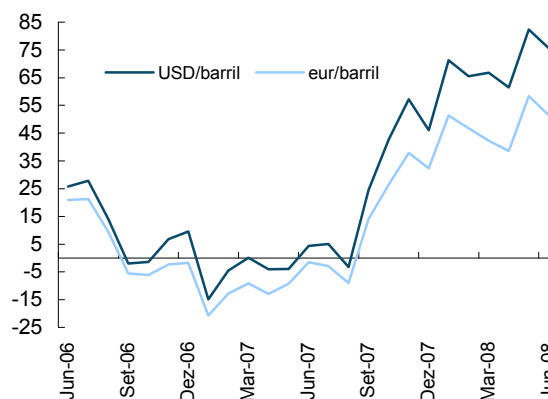


Fonte: Banco de Portugal.

Em Junho, em termos médios, o euro manteve-se praticamente inalterado face às principais divisas. Durante a primeira quinzena de Julho, o euro tem vindo a apreciar-se face ao dólar, tendo atingido o máximo histórico no dia 15, em 1,60, e tendo depreciado nos dias que se seguiram.

Em Julho, o preço do petróleo *Brent* tem vindo a prosseguir uma tendência altista, situando-se, em média, até ao dia 21, em 140 USD/bbl (89 €/bbl), 47% (37%) acima do registado no final do ano de 2007. A elevada procura das economias emergentes, a persistência de tensões geopolíticas em torno do Irão e a depreciação do dólar são os principais factores que mais têm contribuído para a forte subida do preço do petróleo.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent**  
(VH, em %)



Fontes: DGEG e BP.

Em Junho, o preço relativo do petróleo importado subiu para 86,2% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

O crescimento do preço das matérias-primas não energéticas abrandou no 2º trimestre (17% em termos homólogos, 20% no 1º trimestre), devido sobretudo à quebra nos preços dos metais. O crescimento dos preços dos produtos alimentares continuou a acelerar, situando-se em 45% em termos homólogos no 2º trimestre (39% no 1º trimestre).

### Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,69	4,18	4,79	4,69	4,73	4,95	4,73	4,86	4,86	4,95
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	4,63	4,85	4,73	4,26	3,65	3,87	3,49	3,65	3,87	4,09
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	4,41	4,46	4,34	4,12	4,50	4,07	4,28	4,43	4,78
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,351	1,418	1,472	1,581	1,576	1,581	1,554	1,551	1,576
Dow Jones*	VC	Yahoo	6,4	8,5	3,6	-4,5	-7,6	-7,4	0,0	4,5	-1,4	-10,2
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,8	7,4	-2,4	0,4	-17,5	-7,6	-2,6	5,4	-1,2	-11,3
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	68,77	74,97	88,70	96,91	119,07	103,69	109,03	122,73	125,45
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	-1,2	7,9	48,6	67,8	73,1	66,8	61,5	82,3	75,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	2,0	-8,0	0,0	32,3	46,6	49,5	42,3	38,6	58,4	51,4
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	52,7	51,4	54,3	59,9	64,2	76,8	65,1	67,0	77,2	86,2

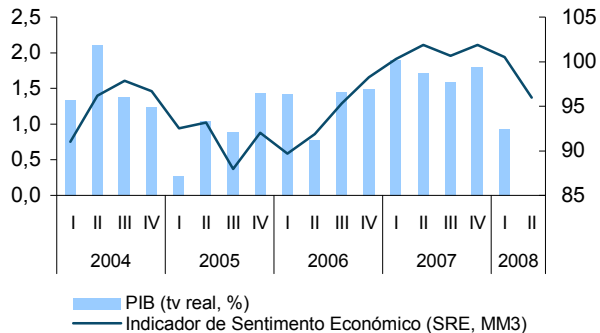
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade económica e Oferta

No 2º trimestre do ano, o indicador de sentimento económico desacelerou face ao trimestre precedente. Para este comportamento contribuiu a evolução desfavorável da confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho, não compensada pela melhoria verificada na confiança dos empresários da construção.

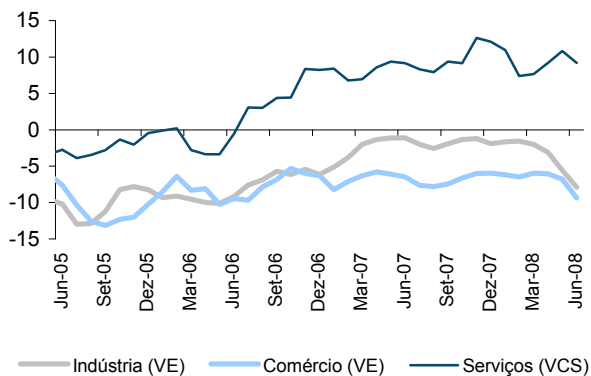
**Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico**



Fontes: INE e CE.

Face ao 1º trimestre, a confiança dos empresários, com excepção da construção, piorou na generalidade dos sectores.

**Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)**

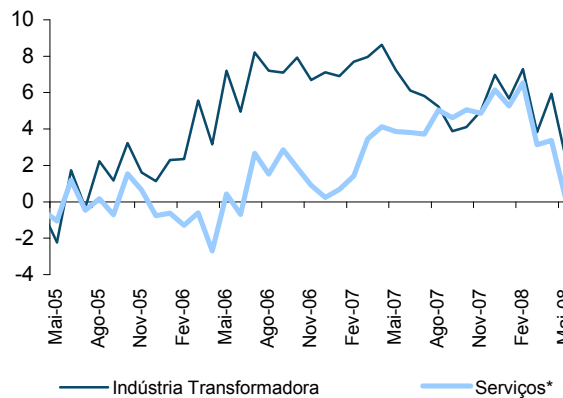


Fonte: INE.

Em Maio, os indicadores quantitativos disponíveis, apresentaram, na generalidade dos sectores, um comportamento mais desfavorável. Assim, neste período, e em termos homólogos:

- nos serviços, o índice de volume de negócios registou uma quebra marginal (-0,9%, que compara com +5,2% em Abril);
- na construção, a produção apresentou uma quebra de 6,9% (+4,3% em Abril);
- na indústria transformadora, tanto a produção industrial como o volume de negócios registaram quebras de 5,3% e 0,1%, respectivamente (aumento de 4% e 12,9% em Abril, respectivamente).

**Figura 2.3. Volume de Negócios (MM3 VH, %)**



Fonte: INE.  
\* excepto Com. Retalho.

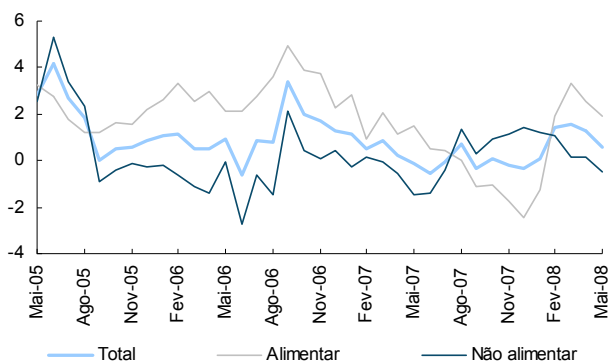
**Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,8	1,9	1,8	1,6	1,8	0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	101,9	100,7	101,9	100,5	96,0	100,4	96,4	95,7	95,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-1	-2	-2	-2	-8	-3	-5	-8	-10
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-6	-7	-6	-6	-9	-5	-7	-9	-13
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	9	9	12	8	9	10	11	11	6
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-41	-39	-43	-38	-37	-36	-36	-37	-38
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,2	3,4	2,0	2,8	-0,3	:	-3,3	4,0	-5,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,2	6,1	3,9	7,0	3,8	:	-4,2	12,9	-0,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,5	3,8	4,6	6,2	3,1	:	-3,3	5,2	-0,9	:

## Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, no mês de Maio, uma variação homóloga de 2,1%, acelerando face ao mês anterior (1,2%). Esta evolução foi motivada pela melhoria observada na categoria dos bens alimentares, que registou um crescimento homólogo de 3,9% (1,4% em Abril). A variação homóloga registada nos bens não alimentares, por outro lado, abrandou para 0,7%, invertendo a evolução positiva do mês precedente.

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho**  
(MM3, VH)

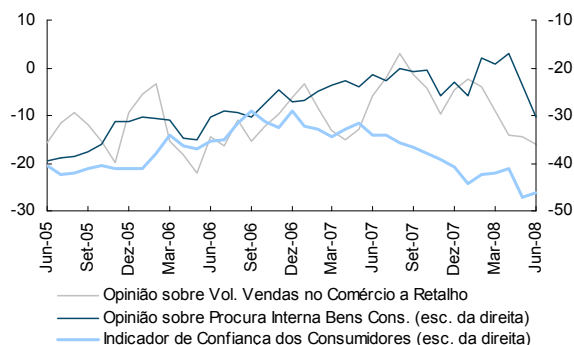


Fonte: INE.

No 2º trimestre do ano, o indicador de confiança dos consumidores voltou a evidenciar deterioração, motivada por uma evolução desfavorável de todas as suas componentes.

No mesmo período, a opinião dos empresários a respeito da actividade no comércio a retalho voltou a deteriorar-se, prolongando a tendência descendente iniciada no último trimestre de 2007. A apreciação feita pelos empresários sobre a procura interna dirigida à indústria transformadora de bens de consumo exibiu também uma deterioração, encontrando-se no nível mais baixo desde Abril de 2006.

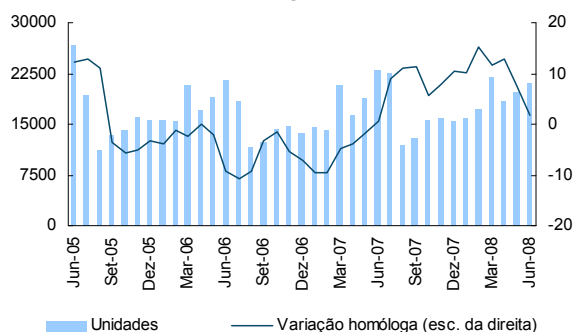
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores**  
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros continuaram a evoluir desfavoravelmente em Junho, registando um decréscimo homólogo de 8,9%. O crescimento homólogo no segundo trimestre do ano foi de 1,9%, sendo evidente um abrandamento face ao crescimento observado no conjunto dos primeiros três meses de 2008 (13,3%).

**Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros**



Fonte: ACAP.

## Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,5	1,4	1,3	1,7	1,9	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-35,2	-33	-36	-39	-43	-45	-42	-41	-47	-46
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-6	-6	-2	-5	-9	-16	-16	-11	-16	-21
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0	-0,5	-0,4	-0,3	1,6	:	-1,5	1,2	2,1	:
Bens alimentares	VH	"	-0,2	0,5	-1,1	-2,4	3,3	:	0,4	1,4	3,9	:
Bens não alimentares	VH	ACAP	0,1	-1,4	0,3	1,4	0,1	:	-3,1	1,1	0,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	INE	3,7	0,7	11,4	10,3	11,7	1,9	5,6	13,3	5,1	-8,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	9,0	8,3	9,8	7,2	2,2	:	-4,3	5,8	:	:

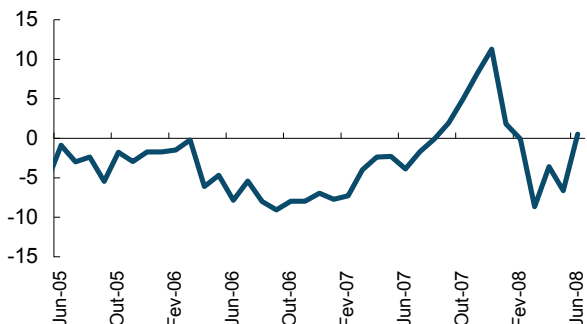
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

**Investimento**

Os dados disponíveis para o 2º trimestre de 2008 apresentaram um comportamento misto, tendo-se verificado uma melhoria na construção e uma evolução menos favorável nos bens de equipamento. Assim, e face ao 1º trimestre:

- as vendas de cimento apresentaram um crescimento marginal de 0,5% (-8,7% no trimestre precedente);

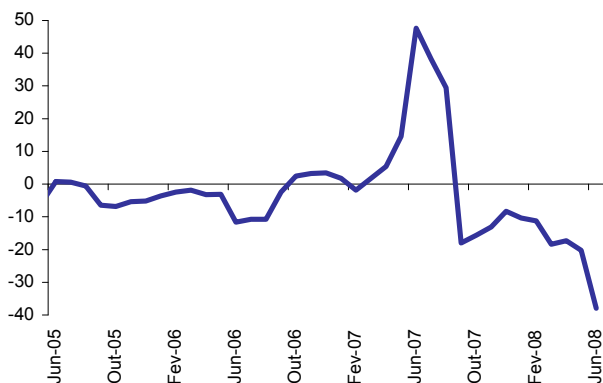
**Figura 2.7. Vendas de Cimento**  
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma quebra homóloga mais acentuada (-38%).

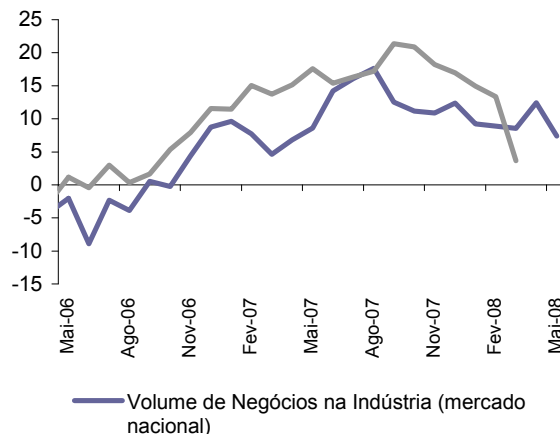
**Figura 2.8. Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos favoráveis.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(MM3)



Fonte: INE.

Nos meses de Abril e Maio, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional desacelerou ligeiramente (+7,9% em termos médios homólogos, que compara com +8,6% no 1º trimestre).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram um crescimento de 8,7% em Abril, em termos homólogos (+3,7% no 1º trimestre).

**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

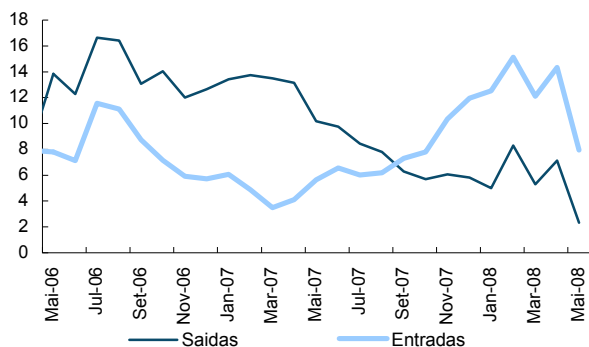
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	-0,6	-0,2	4,7	8,3	3,0	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	-3,9	1,9	11,3	-8,7	0,5	-16,9	5,0	-6,4	-6,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,1	47,7	-18,0	-8,3	-18,3	-38,0	-22,5	-16,5	-20,8	-59,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	-8,3	-19,8	92,9	19,0	3,9	16,1	16,9	-6,8	3,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	0	-1	1	4	-4	-18	-16	-12	-13	-30
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,4	-15,3	-3,6	-8,6	-19,8	:	-31,4	9,3	-37,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	16,8	15,4	21,4	16,9	3,7	:	-13,0	8,5	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	11,1	14,2	12,5	12,4	8,6	:	6,4	19,1	-1,7	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

Os dados relativos aos meses de Abril e Maio (incorporando a informação preliminar do SDDS) sugerem, em termos médios homólogos, um abrandamento das importações (+10,7%) enquanto as exportações apresentaram uma melhoria (+5,9%) que compara com 12,1% e 5,3% no 1º trimestre de 2008, respectivamente.

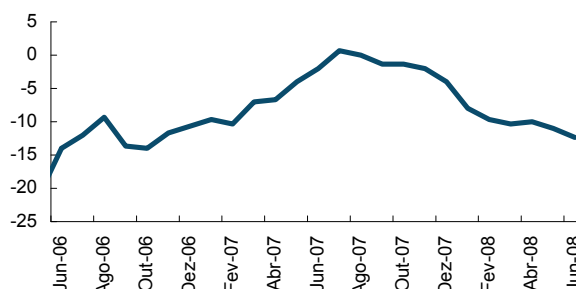
**Figura 2.10. Fluxos de Mercadorias**  
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

As opiniões dos industriais quanto à procura externa sugerem uma evolução menos favorável das exportações no 2º trimestre, face ao trimestre precedente.

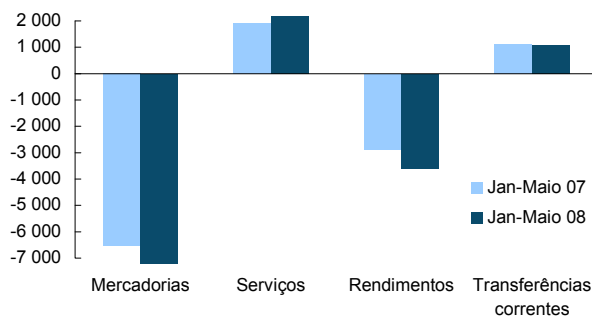
**Figura 2.11. Opiniões sobre procura externa – IT\***  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.  
\* Indústria Transformadora.

Em termos de balança de pagamentos, os dados até Maio, face ao período homólogo do ano anterior, apontam para uma deterioração do défice das balanças de mercadorias e de rendimentos, para um aumento do saldo dos serviços e para uma quase estabilização do saldo das transferências correntes.

**Figura 2.12. Balança Corrente:**  
composição do saldo  
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	10,0	8,4	6,3	5,2	3,1	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	3,5	5,1	6,3	7,5	5,6	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	-6,5	-6,4	-7,9	-7,9	-8,6	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,6	-7,8	-7,3	-10,1	-10,3	-10,1	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	8,8	13,5	9,8	6,3	5,8	5,3	14,1	-4,1	13,3	-0,7*
Entradas de mercadorias	VH	"	7,4	3,5	6,6	7,3	12,0	12,1	23,5	2,6	18,4	3,6*

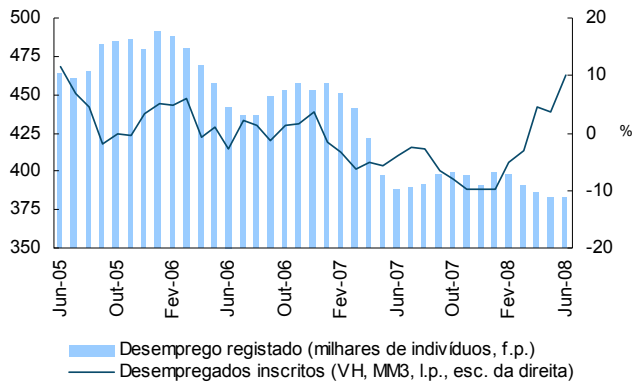
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008	
				Maio	Jan-Maio	Maio	Jan-Maio
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-13.980	-1.633	-5.579	-1.728	-7.026
Saldo Balança de Bens	"	"	-17.501	-1.418	-6.536	-1.764	-8.276
Saldo Balança de Serviços	"	"	6.200	412	1.929	608	2.235
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7.376	-758	-2.877	-930	-3.601
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2.636	157	1.101	181	1.084

\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

**Mercado de Trabalho**

De acordo com os dados do IEFP, ao longo do 2º trimestre do ano o número de novos desempregados inscritos registou um crescimento homólogo de 10,1%, interrompendo a tendência descendente que vinha sendo observada desde o início de 2007.

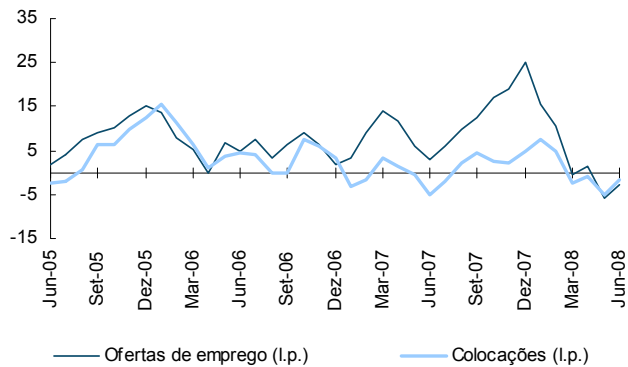
**Figura 2.13. Desemprego**



Fonte: IEFP.

Ainda assim, no final do mês de Junho, o desemprego registado ascendia a cerca de 382 mil indivíduos, o que representa uma diminuição de cerca de 6 mil desempregados face a igual período do ano anterior, e de 8 mil face ao final do 1º trimestre de 2008.

**Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**

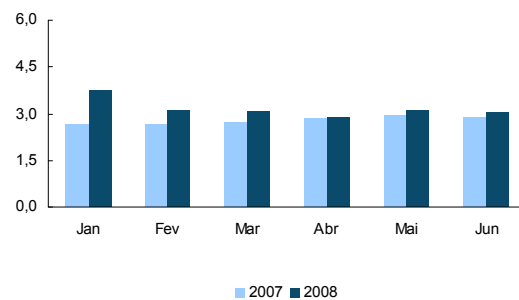


Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego e as colocações exibiram, ao longo do 2º trimestre de 2008, uma diminuição face a igual período de 2007. Com efeito, nas ofertas de emprego registou-se uma diminuição homóloga de 2,8%, e nas colocações a quebra cifrou-se em 1,5%. Esta evolução reflecte uma continuidade face ao trimestre anterior, no qual já se tinha registado diminuições homólogas das ofertas e das colocações (0,4% e 2,5%, respectivamente).

Até ao final do 2º trimestre de 2008, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 3%, desacelerando ligeiramente face aos primeiros três meses do ano (3,1%). O número de trabalhadores abrangidos até ao final do 2º trimestre de 2008, ascendeu a cerca de 990 mil, o que representa um acréscimo de 228 mil face ao igual período de 2007.

**Figura 2.15. Remunerações implícitas na contratação colectiva (VHA, %)**



Fonte: MTSS.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

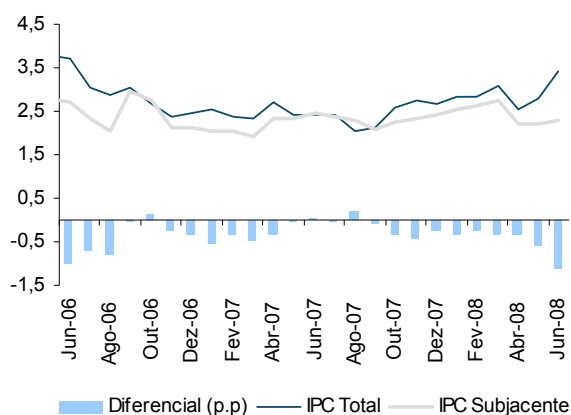
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	7,9	7,9	7,8	7,6	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,2	-0,5	0,3	0,9	1,1	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-12,2	-11,3	-13,8	-11,4	-1,6	-11,4	-8,2	-3,6	-1,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	-3,9	-6,6	-9,9	-2,9	10,1	-7,5	21,5	-0,2	10,5
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	2,9	12,5	25,1	-0,4	-2,8	-11,9	14,9	-16,1	-3,3
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,9	2,9	2,9	3,1	3,0	3,1	2,9	3,1	3,0
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,7	3,6	4,9	2,9	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	2,7	2,6	2,8	3,1	3,2	:	-	-	-	-

\*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

Em Junho, os preços mantiveram a tendência ascendente, com a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) a situar-se em 3,4% (2,8% em Maio). A variação mensal do IPC foi de 0,5%, o que compara com uma redução de 0,1% no mesmo período de 2007. A variação média dos últimos 12 meses subiu ligeiramente para 2,7%.

**Figura 2.16. IPC**  
(Taxa de variação, em %)

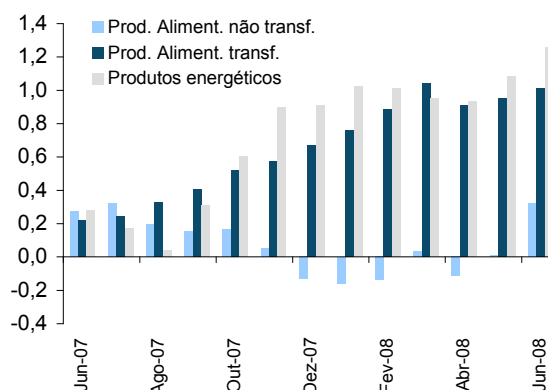


Fonte: INE.

Cerca de 80% da variação homóloga do IPC em Junho resultou dos contributos das classes Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (1,11 p.p.); Transportes (0,71 p.p.); Habitação, água, electricidade; gás e outros combustíveis (0,48 p.p.) e Restaurantes, cafés e hotéis (0,42 p.p.). Em consequência destes desenvolvimentos, a inflação subjacente manteve-se abaixo da inflação total, situando-se em 2,3%.

Os principais subgrupos que estiveram na origem da aceleração dos preços, em Junho, foram os Combustíveis e lubrificantes, com um aumento de 16% em termos homólogos (13% em Maio) e os produtos hortícolas que, após se ter assistido a fortes quebras de preço no início do ano, registaram uma diminuição marginal de 0,3% (-9,5% em Maio). Refiram-se também a aceleração dos preços do Pão e cereais para 11,1% (9,8% em Maio) e dos Óleos e gorduras para 13,2% (11% em Maio).

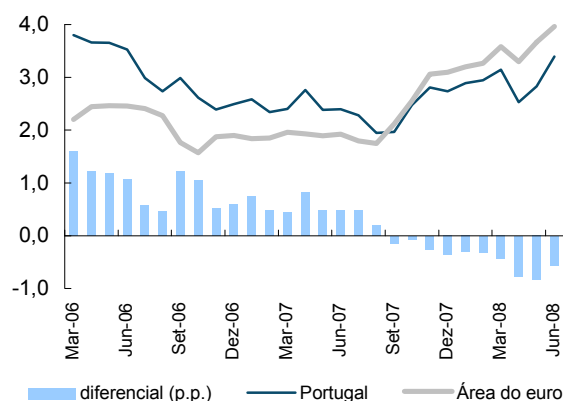
**Figura 2.17. Contributos para a VH do IPC**  
(Pontos percentuais)



Fonte: INE.

Em Junho, a inflação homóloga, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor manteve-se abaixo do observado na área do euro, não obstante uma ligeira redução do diferencial para -0,6 p.p..

**Figura 2.18. IHPC**  
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

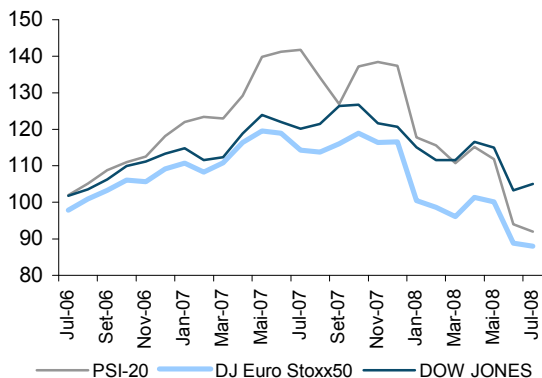
## Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008					
				Jun	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE		-0,1	0,3	0,1	-0,1	0,0	1,5	0,3	0,4	0,5
Índice de Preços no Consumidor	VH	"		2,4	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1	2,5	2,8	3,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	2,6	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,7
IPC – Bens	VH	"	2,2	2,1	2,7	2,4	2,5	2,6	2,9	2,3	2,8	3,7
IPC – Serviços	"	"	2,9	3,1	3,0	3,0	3,4	3,4	3,6	2,8	2,7	2,8
IPC excluindo alimentares e energéticos	"	"	2,2	2,4	2,3	2,4	2,5	2,6	2,8	2,2	2,2	2,3
IHPC	"	"	2,4	2,4	2,8	3,1	2,9	2,9	3,1	2,5	2,8	3,4
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,5	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-0,8	-0,6

**Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro**

Em Junho, e até meados de Julho, os índices bolsistas internacionais registaram quebras significativas, as mais importantes desde a ocorrência da crise do mercado do crédito hipotecário nos EUA. A persistência da crise financeira e a subida dos preços das matérias-primas contribuíram para esta evolução. De facto, no dia 18 de Julho, face ao final do mês de Maio, os índices PSI-20, DJ Euro Stoxx50 e Dow Jones diminuíram 18%, 12% e 9%, respectivamente.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(Fevereiro 2006=100)



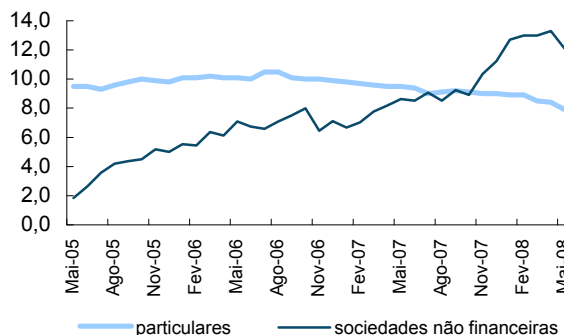
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Julho, o valor é do dia 18.

Em Junho, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma diminuição significativa, de 8,1% face ao mês precedente, devido à quebra no segmento accionista.

Em Maio, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, reflectindo o abrandamento do crédito destinado às empresas para 12,1% (13,3% em Abril) e aos particulares para 7,9% (8,4% em Abril).

Relativamente a este último, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e o aumento do crédito ao consumo.

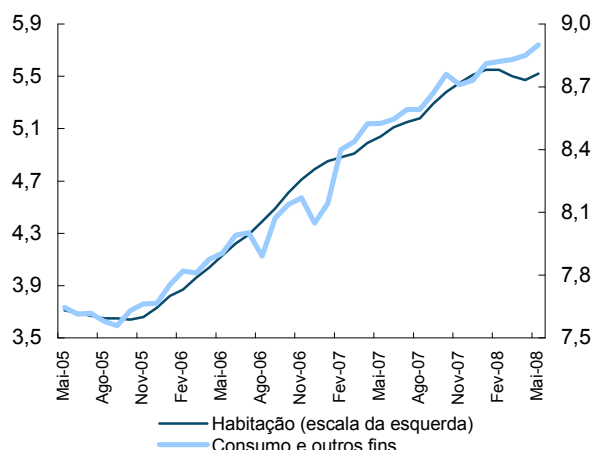
**Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações de crédito aumentaram ligeiramente tanto para as empresas não financeiras como para os particulares.

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

**Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros**

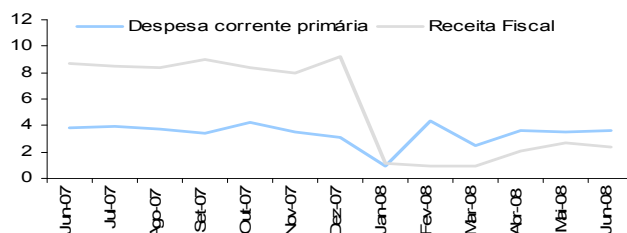
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008					
				Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,5	4,5	4,4	4,5	4,2	4,4	4,4	4,6	4,8	5,1
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	29	25	20	28	49	51	43	34	45
PSI 20*	VC	CMVM	16,3	8,2	0,9	-0,8	-14,3	-1,9	-4,2	4,0	-2,9	-16,0
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	8,8	8,6	8,5	8,4	8,3	7,8	7,7	7,3	.
- para consumo	va**	"	13,7	13,3	14,1	13,7	11,7	12,4	12,7	12,2	12,9	.
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	8,9	10,4	11,2	12,7	13,0	13,0	13,3	12,1	.
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,38	5,45	5,51	5,55	5,55	5,50	5,47	5,52	.
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,15	6,08	6,10	6,15	6,23	6,13	6,12	6,13	6,18	.

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

No primeiro semestre, o défice global provisório do subsector Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1900 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 807,2 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O excedente primário foi de 1096,9 milhões de euros representando, do mesmo modo, uma melhoria de 981,3 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

**Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2007, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 2,4%. A receita dos impostos directos cresceu 6,7% – reflectindo, em larga medida, a auto-liquidação do IRC contabilizada no mês de Maio –, e a receita dos impostos indirectos diminuiu 0,8%. A evolução destes impostos é, fundamentalmente, explicada pela menor receita de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (-17,2%) e dos impostos sobre o tabaco e sobre os veículos (respectivamente, -21,8% e -21%); enquanto que o IVA registou um aumento de 5,5%;
- um crescimento da receita de capital (414,6%), reflectindo a verba paga pela EDP que se destina integralmente à amortização do défice tarifário, mas cujo pagamento à REN ainda não foi reflectido em despesa orçamental; e
- um aumento da despesa total em 1,9%. A despesa corrente primária registou um aumento de 3,6% e a despesa de capital uma redução de 24,1%.

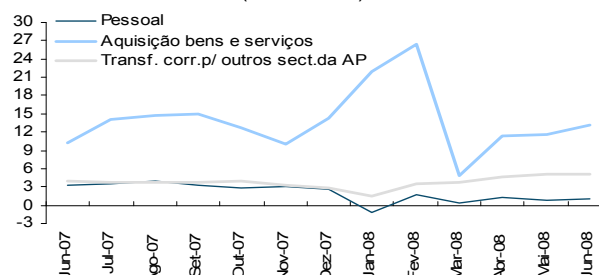
**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2007		2008		2007		2008		2008			
	Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Mar	Abr	Maio	Jun
	10 <sup>6</sup> euros		Execução face ao OE corrigido* (%)		Execução face ao OE corrigido* (%)		VHA (%)		VHA (%)			
Receita Total	19082	20313	50,5	51,1	50,5	51,1	3,7	3,0	4,8	6,4		
Receita Corrente	18937	19563	50,8	49,7	50,8	49,7	2,2	2,1	3,9	3,3		
Impostos Directos	7264	7754	54,1	52,5	54,1	52,5	5,1	7,2	7,3	6,7		
Impostos Indirectos	10023	9946	47,4	45,9	47,4	45,9	-1,1	-0,8	-0,7	-0,8		
Despesa Total	21790	22213	48,3	48,2	48,3	48,2	-0,7	1,3	1,6	1,9		
Despesa Corrente	20236	21034	48,4	49,0	48,4	49,0	1,5	3,3	3,7	3,9		
Despesa com Pessoal	6539	6613	47,6	50,1	47,6	50,1	0,5	1,3	0,8	1,1		
Aquisição Bens e Serviços	436	493	28,4	34,6	28,4	34,6	4,8	11,4	11,7	13,1		
Subsídios	143	97	21,3	8,5	21,3	8,5	-55,8	-23,9	-48,5	-32,1		
Juros	2823	2997	59,4	59,5	59,4	59,5	-13,0	1,1	5,7	6,2		
Transferências	10153	10641	48,7	49,6	48,7	49,6	4,1	4,7	5,2	4,8		
Saldo Global	-2707	-1900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	116	1097	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

\* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.  
Fonte: DGO.

Para esta subida da despesa corrente primária contribuíram fundamentalmente as transferências correntes (4,8%) e a aquisição de bens e serviços (13,1%). A despesa com pessoal registou um aumento (1,1%), mas a componente referente às remunerações dos funcionários públicos decresceu 0,4%. Os subsídios registaram uma diminuição de 32,1%. Por outro lado, os juros e outros encargos da dívida aumentaram 6,2%.

**Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 30 de Junho, a dívida directa do Estado situou-se nos 115 mil milhões de euros, registando um acréscimo de 873 milhões de euros face ao final do mês anterior. Esta variação da dívida em Junho reflecte, por um lado, a emissão líquida de Bilhetes de Tesouro e de Obrigações do Tesouro, e, em sentido contrário, a diminuição de CEDIC e outros instrumentos não transaccionáveis, designadamente de certificados de aforro.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Mai-08	Jun-08			30-Jun-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	90 643	3 937	2 592	10	91 998
Bilhetes do Tesouro	8 405	948	0	0	9 353
Obrigações do Tesouro	81 782	2 989	2 592	11	82 191
Não Transaccionável	23 481	3 328	3 810	0	22 999
Certificados de Aforro	17 666	80	165	0	17 582
CEDIC	5 380	2 940	3 276	0	5 044
Total	114 124	7 265	6 402	10	114 997

Fonte: IGCP.

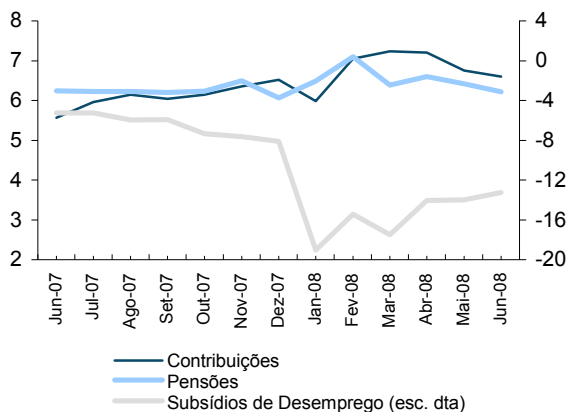
**Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações**

No primeiro semestre, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1822 milhões de euros, revelando uma melhoria de 750 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

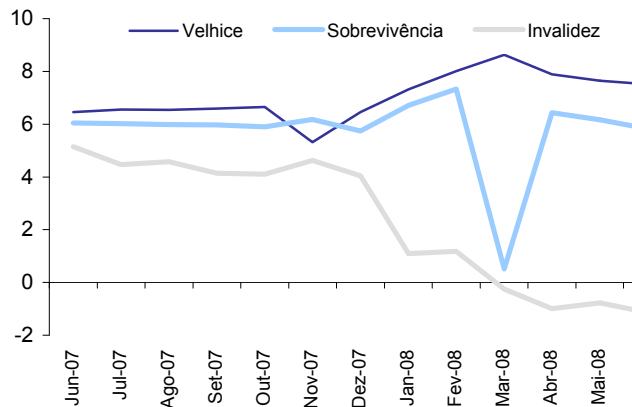
- um aumento da receita corrente em 9,4% face ao mesmo período de 2007, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições (6,6%), das transferências correntes da Administração Central (8,2%), e do Fundo Social Europeu (122,7%); e
- um aumento da despesa corrente em 1,6% em termos homólogos. Para este resultado contribuiu, por um lado, a subida da despesa em pensões (6,2%), do subsídio familiar a crianças e a jovens (11,3%), e do rendimento social de inserção (12,1%). Em contrapartida, registaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (-13,3%) e por doença (-11,2%), acompanhado por uma diminuição do número de beneficiários, no caso do subsídio de desemprego, mas de um aumento dos beneficiários do subsídio de doença. Registou-se alguma recuperação nas despesas em acções de formação profissional, mas ainda assim diminuíram 36,6%, sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-33,6%).

**Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)**



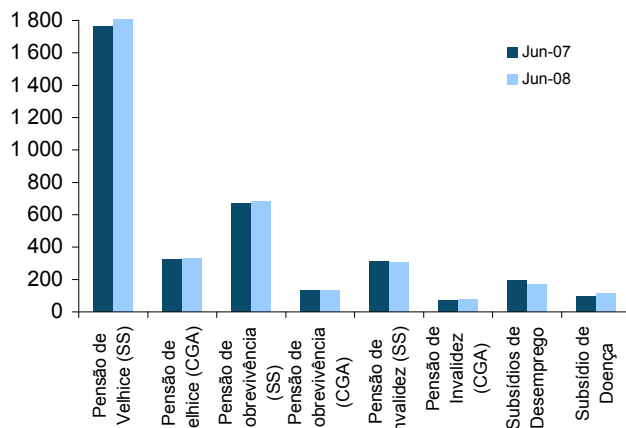
Fonte: MTSS.

**Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)**



Fonte: MTSS.

**Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)**



Fontes: MTSS e CGA.

No primeiro semestre, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 137 milhões de euros, o qual compara com 60 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 2,5% em termos homólogos, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado (18%). A despesa corrente aumentou 4,9%, reflectindo a evolução das despesas em pensões.

**Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	9748	10642	9,2	48,3	48,0	3051	3127	2,5	42,1	42,3
Contribuições e quotizações	5870	6258	6,6	47,6	48,1	1015	1065	4,9	44,3	44,7
Transferências correntes da Adm. Central	2922	3162	8,2	48,5	49,5	1892	1937	2,4	42,1	42,0
Despesa Total	8676	8820	1,7	43,3	41,1	3111	3264	4,9	42,5	42,3
Pensões	5148	5468	6,2	41,6	42,0	3090	3244	5,0	42,6	42,4
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	894	775	-13,3	45,4	43,6	:	:	:	:	:
Prestações e Acção Social	1754	1790	2,0	47,8	44,8	:	:	:	:	:
Saldo Global	1072	1822	:	:	:	-60	-137	:	:	:

Fontes: DGO e GPEARI.

## Serviços e Fundos Autónomos

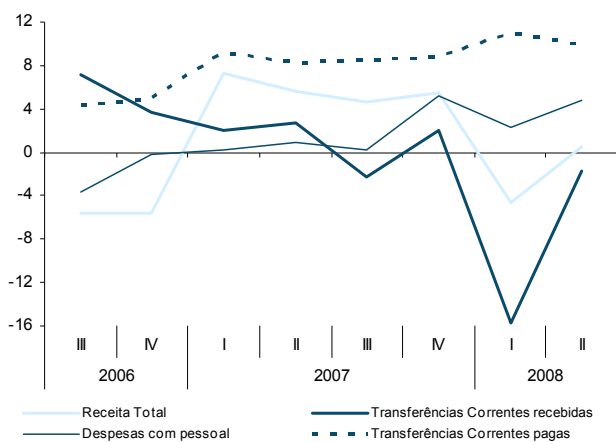
### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

No primeiro semestre, o excedente global dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP), na óptica da contabilidade pública, foi de 325 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição de 114 milhões de euros face ao mesmo semestre do ano anterior.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos caracterizou-se por:

- um aumento ligeiro de 0,6% na receita, traduzindo a evolução das receitas correntes sob a forma de aumento das contribuições (1,7%) e diminuição das transferências correntes (-1,7%). A receita de capital registou um acréscimo de 1%; e
- um aumento da despesa corrente em 4,2% comparativamente com o período homólogo. Este comportamento é justificado pela evolução das despesas com pessoal (4,8%), aquisição de bens e serviços (7,1%), pelas transferências correntes (9,9%) e pela diminuição dos subsídios atribuídos.

**Figura 2.26. Serviços e Fundos Autónomos**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

**Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos <sup>1</sup>**

	Fundos e Serviços Autónomos					
	2007	2008	2008			
	Jan a Jun		Mar	Abr	Mai	Jun
	10 <sup>6</sup> euros		VHA			
Receita Total	6 826	6 864	5,7	0,6	1,8	0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 690	2 735	6,7	-0,4	0,1	1,7
Transferências correntes da Adm. Central	2 236	2 197	2,7	-3,9	1,6	-1,7
Despesa Total	6 387	6 539	7,6	1,2	0,4	2,4
Despesa com pessoal	939	985	0,9	4,5	3,8	4,9
Aquisição de bens e serviços	401	429	6,6	12,7	8,8	7,1
Subcontratos	:	:	:	:	:	:
Transferências correntes	3 718	4 086	8,3	11,1	10,3	9,9
Saldo Global	440	325	:	:	:	:

Nota: <sup>1</sup> Exclui o Fundo de Regularização da Dívida Pública e o Serviço Nacional de Saúde.

Fonte: DGO.



### Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Abril de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 6,6% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Agro-alimentares" (+19,2%), "Produtos Acabados Diversos" (+14,4%), e "Químicos" (+12,2%).

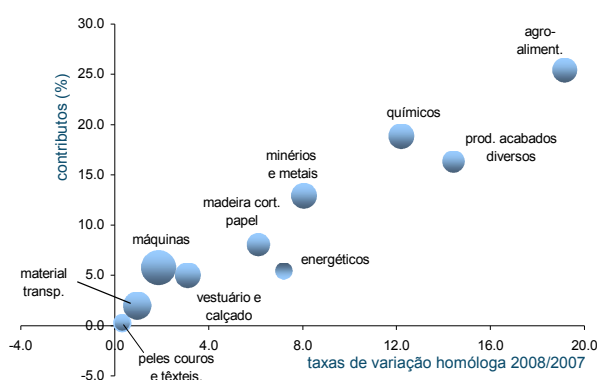
Seguiram-se os grupos dos "Minérios e Metais" (+8,1%), "Energéticos" (+7,2%), da "Madeira, Cortiça e Papel" (+6,1%), "Vestuário e Calçado" (+3,1%), "Máquinas" (+1,9%), "Material de Transporte" (+1,0%), e "Peles, Couros e Têxteis" (+0,3%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos da mesma ordem de grandeza no "vestuário excepto de malha" (+3,3%), no "vestuário de malha" (+3,1%), e no "calçado" (+3,1%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Agro-alimentares" (25,4%), "Químicos" (18,9%), "Produtos Acabados Diversos" (16,3%), e "Minérios e Metais" (12,9%).

Menos relevantes foram os contributos dos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (8,0%), "Máquinas" (5,8%), "Energéticos" (5,4%), "Vestuário e Calçado" (5,0%), "Material de Transporte" (2,0%), e "Peles, Couros e Têxteis" (0,2%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)**



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - versão preliminar do ano; 2008 - versão preliminar.

### Quadro 3.3. Saídas\* de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos							
			Jan-Abr		Anual		Jan-Abr		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Abr	
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008	VH	contributos [1]		VH	contributos [1]			
								p.p.	%		p.p.	%		
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>12 444</b>	<b>13 339</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.0</b>	<b>6.6</b>	<b>6.6</b>	<b>100.0</b>	<b>7.2</b>	<b>7.2</b>	<b>100.0</b>	
000 Agro-Alimentares	1 078	1 293	7.8	9.3	8.7	9.7	9.8	19.2	1.7	25.4	20.0	1.7	24.1	
100 Energéticos	479	722	2.0	4.5	3.9	5.4	24.9	7.2	0.4	5.4	50.6	1.9	27.1	
200 Químicos	1 297	1 380	8.1	10.9	10.4	10.3	12.7	12.2	1.2	18.9	6.4	0.7	9.2	
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 109	1 141	9.6	8.8	8.9	8.6	4.2	6.1	0.5	8.0	2.9	0.3	3.6	
400 Peles, Couros e Têxteis	596	580	7.7	4.8	4.8	4.3	-3.6	0.3	0.0	0.2	-2.7	-0.1	-1.8	
500 Vestuário e Calçado	1 353	1 353	16.5	10.4	10.9	10.1	-3.3	3.1	0.3	5.0	0.0	0.0	0.0	
600 Minérios e Metais	1 367	1 435	6.4	10.8	11.0	10.8	17.9	8.1	0.9	12.9	5.0	0.5	7.6	
700 Máquinas	2 516	2 517	19.7	19.9	20.2	18.9	6.2	1.9	0.4	5.8	0.0	0.0	0.1	
800 Material de Transporte	1 679	1 810	15.0	12.9	13.5	13.6	2.9	1.0	0.1	2.0	7.8	1.1	14.7	
900 Produtos Acabados Diversos	969	1 108	7.3	7.7	7.8	8.3	7.2	14.4	1.1	16.3	14.3	1.1	15.5	
Por memória:														
Total sem energéticos	11 965	12 617	98.0	95.5	96.1	94.6	5.5	6.6	6.2	94.6	5.4	5.2	72.9	

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Abril, as expedições para o mercado comunitário cresceram 5,5%, cabendo aos países da UE-15 e aos 12 países do alargamento aumentos respectivamente de 5,0% e de 24,4%. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 10,2% (Quadro 3.4).

Neste período, destaca-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+24,0%), Suécia (+14,0%), Dinamarca (+10,8%), e Espanha (+9,4%).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para a Bélgica (-8,8%), Reino Unido (-6,4%) e Países Baixos (-1,8%).

Entre os países terceiros, de referir que Angola ultrapassou em 2008, o peso dos EUA, tradicionalmente o nosso principal mercado de destino entre os países terceiros, países que representaram, respectivamente, 4,7% e 3,5% das saídas globais nos quatro primeiros meses do ano. Esta inversão correspondeu a uma quebra de 22,8% das exportações para os EUA, a par de um acréscimo de 31,6% para Angola.

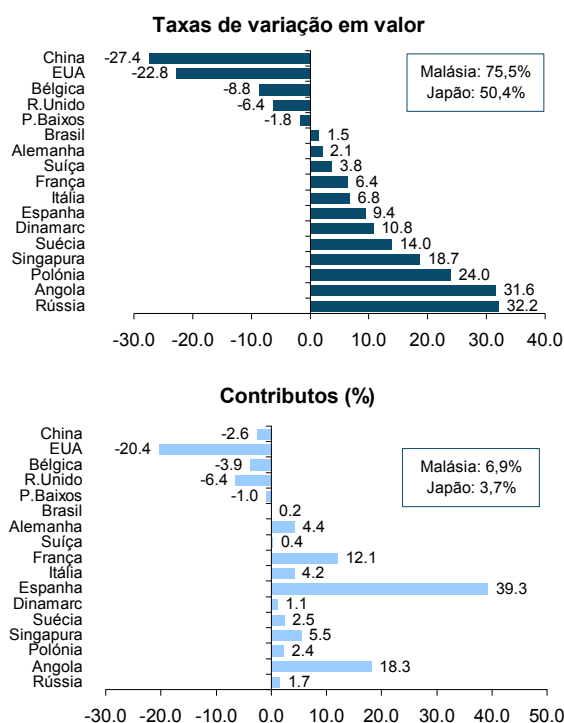
Nos últimos 12 meses, ressalta, para além de Angola, o forte incremento das exportações para a Malásia (+75,5%), Japão (+50,4%) e Rússia (+32,2%) (Figura 3.3).

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam crescido à taxa média anual de 17,6%, registam nos últimos 12 meses uma descida (-27,4%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, incidiram na Espanha (39,3%), em Angola (18,3%), na França (12,1%), e na Malásia (6,9%) e Singapura (5,5%). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 8,1%.

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em Abril de 2008



**Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]							
	Jan-Abr		anual		Jan-Abr		média anual 02-07*	últimos 12 meses				Jan-Abr		
	2007	2008	2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos		
							p.p.		%	p.p.		%		
<b>TOTAL</b>	<b>12 444</b>	<b>13 339</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.0</b>	<b>6.6</b>	<b>6.6</b>	<b>100.0</b>	<b>7.2</b>	<b>7.2</b>	<b>100.0</b>	
<b>Intra UE-27</b>	<b>9 716</b>	<b>10 225</b>	<b>81.4</b>	<b>76.2</b>	<b>78.1</b>	<b>76.7</b>	<b>4.7</b>	<b>5.5</b>	<b>4.3</b>	<b>64.5</b>	<b>5.2</b>	<b>4.1</b>	<b>57.0</b>	
dos quais:														
<b>UE-15</b>	<b>9 436</b>	<b>9 851</b>	<b>79.8</b>	<b>73.9</b>	<b>75.8</b>	<b>73.9</b>	<b>4.4</b>	<b>5.0</b>	<b>3.7</b>	<b>56.5</b>	<b>4.4</b>	<b>3.3</b>	<b>46.4</b>	
Espanha	3 544	3 771	20.9	27.7	28.5	28.3	12.1	9.4	2.6	39.3	6.4	1.8	25.4	
Alemanha	1 688	1 771	17.7	13.2	13.6	13.3	0.0	2.1	0.3	4.4	4.9	0.7	9.2	
França	1 656	1 677	13.5	12.6	13.3	12.6	4.5	6.4	0.8	12.1	1.3	0.2	2.4	
R.Unido	740	712	10.4	6.0	6.0	5.3	-4.9	-6.4	-0.4	-6.4	-3.9	-0.2	-3.2	
Itália	515	527	4.6	4.1	4.1	4.0	3.9	6.8	0.3	4.2	2.4	0.1	1.4	
P. Baixos	434	435	3.8	3.4	3.5	3.3	3.4	-1.8	-0.1	-1.0	0.2	0.0	0.1	
Bélgica	342	327	4.3	2.6	2.7	2.5	-4.3	-8.8	-0.3	-3.9	-4.4	-0.1	-1.7	
Suécia	129	155	1.5	1.2	1.0	1.2	2.0	14.0	0.2	2.5	19.9	0.2	2.9	
Dinamarca	87	86	1.0	0.7	0.7	0.6	-0.2	10.8	0.1	1.1	-0.7	0.0	-0.1	
<b>Alargamento</b>	<b>280</b>	<b>374</b>	<b>1.5</b>	<b>2.4</b>	<b>2.2</b>	<b>2.8</b>	<b>15.6</b>	<b>24.4</b>	<b>0.5</b>	<b>8.1</b>	<b>33.7</b>	<b>0.8</b>	<b>10.5</b>	
Polónia	83	108	0.5	0.7	0.7	0.8	13.3	24.0	0.2	2.4	29.2	0.2	2.7	
<b>Extra UE-27</b>	<b>2 729</b>	<b>3 114</b>	<b>18.6</b>	<b>23.8</b>	<b>21.9</b>	<b>23.3</b>	<b>11.3</b>	<b>10.2</b>	<b>2.3</b>	<b>35.5</b>	<b>14.1</b>	<b>3.1</b>	<b>43.0</b>	
dos quais:														
EUA	612	469	5.7	4.9	4.9	3.5	2.6	-22.8	-1.3	-20.4	-23.4	-1.2	-16.0	
Angola	496	628	2.1	4.6	4.0	4.7	24.2	31.6	1.2	18.3	26.5	1.1	14.7	
Singapura	161	278	0.4	1.9	1.3	2.1	42.1	18.7	0.4	5.5	73.1	0.9	13.1	
Malásia	153	136	0.2	1.1	1.2	1.0	49.7	75.5	0.5	6.9	-11.2	-0.1	-1.9	
Japão	97	64	0.3	0.8	0.8	0.5	25.7	50.4	0.2	3.7	-33.7	-0.3	-3.6	
Suíça	88	96	1.1	0.7	0.7	0.7	-2.1	3.8	0.0	0.4	8.4	0.1	0.8	
Brasil	74	82	0.6	0.7	0.6	0.6	9.5	1.5	0.0	0.2	9.8	0.1	0.8	
Por memória:														
China	70	53	0.3	0.5	0.6	0.4	17.6	-27.4	-0.2	-2.6	-24.9	-0.1	-2.0	
Rússia	44	64	0.1	0.4	0.4	0.5	35.0	32.2	0.1	1.7	44.2	0.2	2.2	
PALOP	613	758	3.0	5.6	4.9	5.7	20.2	28.4	1.4	20.5	23.7	1.2	16.2	
EFTA	126	139	1.9	1.0	1.0	1.0	-6.2	-0.1	0.0	0.0	9.7	0.1	1.4	

\* O ano de 2007 considerado na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Mai 07-Abr 08) / (Mai 06-Abr 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

## Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Abril de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 10,2% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos “Energéticos” (31,3%), “Material de Transporte” (20,3%), “Agro-alimentares” (13,7%), “Máquinas” (8,9%), e “Químicos” (8,9%).

Seguiram-se os grupos das “Peles, Madeira, Cortiça e Papel” (4,8%), dos “Produtos Acabados Diversos” (4,5%), dos “Minérios e Metais” (4,4%), e dos “Têxteis, Vestuário e Calçado” (3,2%).

A UE-27 foi a origem de 73,4% das entradas de mercadorias no período de Janeiro a Abril de 2008, cabendo 71,7% aos países da UE-15 e 1,7% aos doze países do alargamento.

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,4%), da Alemanha (12,2%) e de França (9,3%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,3% do total.

**Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Abr		Anual		Jan-Abr		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Abr		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
									p.p.	%		p.p.	%
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>18 086</b>	<b>20 564</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>10.2</b>	<b>10.2</b>	<b>100.0</b>	<b>13.7</b>	<b>13.7</b>	<b>100.0</b>
<b>Grupos de Produtos</b>													
000-Agro-Alimentares	2 324	2 527	12.8	12.8	12.8	12.3	5.4	11.2	1.4	13.7	8.8	1.1	8.2
100-Energéticos	2 240	3 447	9.6	14.3	12.4	16.8	14.2	23.0	3.2	31.3	53.9	6.7	48.7
200-Químicos	2 576	2 759	13.8	13.7	14.2	13.4	5.3	6.6	0.9	8.9	7.1	1.0	7.4
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	864	925	5.7	4.7	4.8	4.5	1.7	10.5	0.5	4.8	7.1	0.3	2.5
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 356	1 352	8.6	6.6	7.5	6.6	0.2	4.7	0.3	3.2	-0.3	0.0	-0.2
500-Minérios e Metais	1 991	2 030	8.9	10.5	11.0	9.9	9.1	4.2	0.4	4.4	1.9	0.2	1.6
600-Máquinas [3]	3 592	3 705	21.0	19.8	19.9	18.0	4.2	4.5	0.9	8.9	3.1	0.6	4.5
700-Material de Transporte [4]	2 090	2 725	13.6	12.1	11.6	13.3	3.0	17.6	2.1	20.3	30.4	3.5	25.6
800-Prod. Acabados Diversos	1 053	1 094	6.1	5.5	5.8	5.3	3.6	7.8	0.5	4.5	3.9	0.2	1.7
Total sem energéticos	15 847	17 117	90.4	85.7	87.6	83.2	4.4	8.1	7.0	68.7	8.0	7.0	51.3
<b>Mercados de origem</b>													
<b>Intra UE-27</b>	<b>13 876</b>	<b>15 100</b>	<b>79.9</b>	<b>74.8</b>	<b>76.7</b>	<b>73.4</b>	<b>4.1</b>	<b>7.4</b>	<b>5.7</b>	<b>55.9</b>	<b>8.8</b>	<b>6.8</b>	<b>49.4</b>
dos quais:													
<b>UE-15</b>	<b>13 592</b>	<b>14 749</b>	<b>77.9</b>	<b>73.1</b>	<b>75.1</b>	<b>71.7</b>	<b>4.1</b>	<b>7.2</b>	<b>5.4</b>	<b>53.3</b>	<b>8.5</b>	<b>6.4</b>	<b>46.7</b>
Espanha	5 567	6 244	28.9	30.4	30.8	30.4	6.5	10.5	3.2	31.9	12.2	3.7	27.3
Alemanha	2 473	2 516	15.0	13.3	13.7	12.2	3.0	-0.3	0.0	-0.4	1.7	0.2	1.7
França	1 617	1 922	10.2	8.6	8.9	9.3	1.9	13.4	1.1	11.3	18.9	1.7	12.3
Itália	1 057	1 080	6.7	5.4	5.8	5.3	0.9	3.1	0.2	1.7	2.1	0.1	0.9
P.Baixos	849	876	4.6	4.7	4.7	4.3	6.0	11.3	0.5	5.0	3.2	0.2	1.1
R.Unido	717	659	5.2	3.6	4.0	3.2	-2.2	-11.9	-0.5	-4.8	-8.0	-0.3	-2.3
Bélgica	535	530	3.1	2.9	3.0	2.6	4.3	7.5	0.2	2.1	-0.9	0.0	-0.2
Suécia	237	265	1.2	1.1	1.3	1.3	4.7	13.0	0.1	1.4	11.6	0.2	1.1
<b>Alargamento</b>	<b>285</b>	<b>351</b>	<b>2.0</b>	<b>1.7</b>	<b>1.6</b>	<b>1.7</b>	<b>2.6</b>	<b>16.6</b>	<b>0.3</b>	<b>2.7</b>	<b>23.4</b>	<b>0.4</b>	<b>2.7</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>4 210</b>	<b>5 464</b>	<b>20.1</b>	<b>25.2</b>	<b>23.3</b>	<b>26.6</b>	<b>10.4</b>	<b>18.8</b>	<b>4.5</b>	<b>44.1</b>	<b>29.8</b>	<b>6.9</b>	<b>50.6</b>
dos quais:													
Brasil	390	529	1.5	2.5	2.2	2.6	15.9	31.7	0.7	6.6	35.7	0.8	5.6
China	305	365	0.8	1.9	1.7	1.8	25.2	29.6	0.5	4.7	19.7	0.3	2.4
Nigéria	184	666	1.3	1.8	1.0	3.2	12.5	105.2	1.4	13.9	263.1	2.7	19.5
EUA	305	382	2.1	1.7	1.7	1.9	1.4	27.4	0.4	4.0	25.5	0.4	3.1
Líbia	221	386	0.1	1.4	1.2	1.9	67.8	54.4	0.6	6.1	74.7	0.9	6.7
Noruega	241	159	1.1	1.2	1.3	0.8	7.8	-14.1	-0.2	-1.8	-34.3	-0.5	-3.3
Argélia	174	217	0.5	1.0	1.0	1.1	24.0	6.5	0.1	0.7	24.7	0.2	1.7
Japão	201	185	1.7	1.0	1.1	0.9	-4.5	-0.3	0.0	0.0	-7.8	-0.1	-0.6
Rússia	165	174	0.8	1.0	0.9	0.8	9.3	4.1	0.0	0.4	5.2	0.0	0.3
OPEP[5]	1 049	1 904	4.0	7.0	5.8	9.3	17.7	33.7	2.2	21.7	81.5	4.7	34.5
EFTA	385	318	2.2	2.1	2.1	1.5	4.1	-3.4	-0.1	-0.7	-17.4	-0.4	-2.7
PALOP	88	119	0.3	0.7	0.5	0.6	27.5	159.6	0.5	4.9	36.3	0.2	1.3

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Mai 07-Abr 08) / (Mai 06-Abr 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

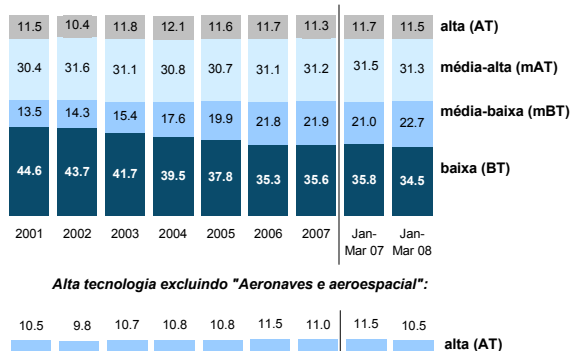
[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Março de 2008*, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um acréscimo das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 52,5% para 54,0% (Quadro 3.4).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, situou-se em 35,6% em 2007 e em 34,5% nos três primeiros meses de 2008 (Figura 3.4).

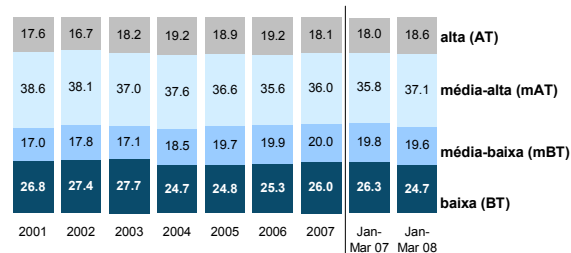
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas destes produtos industriais nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 5/2008 em:

[www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

**Quadro 3.6. Saídas e Entradas\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Março		Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.			Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)		
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan-Mar 2008/07	2006	2007	Jan-Mar		2007	Jan-Mar 2008
									2007	2008		
<b>SAÍDAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>34 964 762</b>	<b>8 915 672</b>	<b>8 851 964</b>	<b>5.7</b>	<b>9.2</b>	<b>-0.7</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.2</b>	<b>-0.7</b>
Alta tecnologia	3 945 373	1 041 084	1 017 191	7.4	5.2	-2.3	11.7	11.3	11.7	11.5	0.6	-0.3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 844 807	1 020 049	916 187	8.3	4.6	-10.2	11.5	11.0	11.5	10.5	0.5	-1.2
Média-alta tecnologia	10 919 009	2 811 366	2 770 953	5.4	9.5	-1.4	31.1	31.2	31.5	31.3	3.0	-0.5
Média-baixa tecnologia	7 662 021	1 869 165	2 013 794	15.0	9.7	7.7	21.8	21.9	21.0	22.7	2.1	1.6
Baixa tecnologia	12 438 359	3 194 057	3 050 026	1.4	10.0	-4.5	35.3	35.6	35.8	34.5	3.5	-1.6
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Saídas</b>	<b>36 712 313</b>	<b>9 367 396</b>	<b>9 317 221</b>	<b>6.0</b>	<b>9.1</b>	<b>-0.5</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.1</b>	<b>-0.5</b>
Residual	1 747 551	451 724	465 257	15.3	7.2	3.0	4.8	4.8	4.8	5.0	0.3	0.1
<b>ENTRADAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>46 110 209</b>	<b>11 166 249</b>	<b>11 350 861</b>	<b>4.5</b>	<b>9.0</b>	<b>1.7</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.0</b>	<b>1.7</b>
Alta tecnologia	8 342 142	2 007 842	2 108 022	6.2	2.6	5.0	19.2	18.1	18.0	18.6	0.5	0.9
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 754 522	1 951 471	1 818 666	5.5	0.5	-6.8	18.4	17.0	17.6	16.4	0.1	-1.2
Média-alta tecnologia	16 578 739	4 002 120	4 212 489	3.3	10.3	5.3	35.6	36.0	35.8	37.1	3.7	1.9
Média-baixa tecnologia	9 205 313	2 216 007	2 226 055	7.0	9.4	0.5	19.9	20.0	19.8	19.6	1.9	0.1
Baixa tecnologia	11 984 015	2 940 280	2 804 295	3.4	11.9	-4.6	25.3	26.0	26.3	24.7	3.0	-1.2
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Entradas</b>	<b>55 460 242</b>	<b>13 269 510</b>	<b>14 067 494</b>	<b>5.5</b>	<b>8.0</b>	<b>6.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>8.0</b>	<b>6.0</b>
Residual	9 350 033	2 103 262	2 716 633	11.0	3.4	29.2	17.6	16.9	15.9	19.3	0.6	4.6

\* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

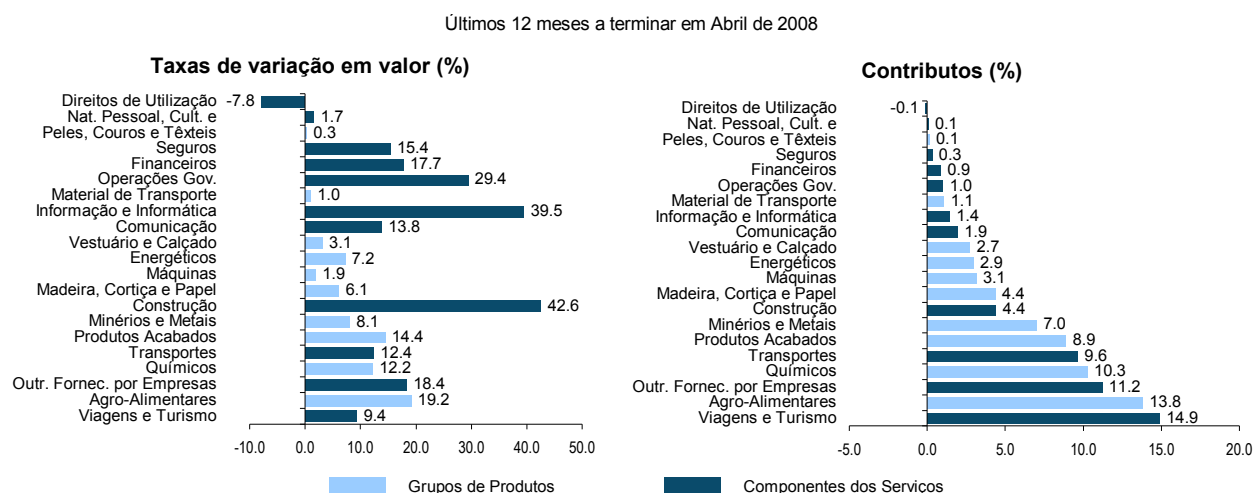
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Abril de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 27,3% do lado das “exportações” (crédito), e de 14,4% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses a terminar em Abril*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 8,5% em termos homólogos, sendo 54,4% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) e os restantes 45,6% pelas “exportações” de Serviços (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (8,5 p.p = 100). A figura revela que entre os 5 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 3 referem-se a Serviços.

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**



**Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Abril		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos									
			Anual		Jan-Abr		média anual	últimos 12 meses			Jan-Abr					
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		02-07	VH	contributos [1]		VH	contributos [1]			
										p.p.	%			p.p.	%	
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>																
<b>Bens e Serviços</b>	<b>17 045</b>	<b>18 385</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>7.1</b>	<b>8.5</b>	<b>8.5</b>	<b>100.0</b>	<b>7.9</b>	<b>7.9</b>	<b>100.0</b>			
<b>Bens</b>	<b>12 517</b>	<b>13 369</b>	<b>71.6</b>	<b>69.8</b>	<b>73.4</b>	<b>72.7</b>	<b>6.5</b>	<b>6.5</b>	<b>4.6</b>	<b>54.4</b>	<b>6.8</b>	<b>5.0</b>	<b>63.6</b>			
<b>Serviços</b>	<b>4 528</b>	<b>5 016</b>	<b>28.4</b>	<b>30.2</b>	<b>26.6</b>	<b>27.3</b>	<b>8.4</b>	<b>13.3</b>	<b>3.9</b>	<b>45.6</b>	<b>10.8</b>	<b>2.9</b>	<b>36.4</b>			
Transportes	1 114	1 260	5.0	6.7	6.5	6.9	13.4	12.4	0.8	9.6	13.1	0.9	10.9			
Viagens e Turismo	1 801	1 927	15.9	13.7	10.6	10.5	3.9	9.4	1.3	14.9	7.0	0.7	9.4			
Comunicação	232	201	0.7	1.3	1.4	1.1	22.3	13.8	0.2	1.9	-13.4	-0.2	-2.3			
Construção	169	212	0.6	1.1	1.0	1.2	22.3	42.6	0.4	4.4	24.9	0.2	3.2			
Seguros	32	42	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	15.4	0.0	0.3	31.6	0.1	0.7			
Financeiros	72	78	0.4	0.5	0.4	0.4	9.0	17.7	0.1	0.9	8.8	0.0	0.5			
Informação e Informática	56	78	0.2	0.4	0.3	0.4	19.1	39.5	0.1	1.4	39.1	0.1	1.6			
Direitos de Utilização	26	13	0.1	0.1	0.2	0.1	20.0	-7.8	0.0	-0.1	-48.2	-0.1	-0.9			
Outr. Fornec. por Empresas	922	1 078	4.6	5.5	5.4	5.9	9.3	18.4	0.9	11.2	16.8	0.9	11.6			
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	59	72	0.3	0.4	0.3	0.4	10.9	1.7	0.0	0.1	21.5	0.1	0.9			
Operações Governamentais	45	55	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	29.4	0.1	1.0	23.5	0.1	0.8			
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>																
<b>Bens e Serviços</b>	<b>20 643</b>	<b>23 248</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>3.8</b>	<b>10.0</b>	<b>10.0</b>	<b>100.0</b>	<b>12.6</b>	<b>12.6</b>	<b>100.0</b>			
<b>Bens</b>	<b>17 505</b>	<b>19 909</b>	<b>84.6</b>	<b>84.5</b>	<b>84.8</b>	<b>85.6</b>	<b>3.7</b>	<b>10.3</b>	<b>8.7</b>	<b>86.6</b>	<b>13.7</b>	<b>11.6</b>	<b>92.2</b>			
<b>Serviços</b>	<b>3 137</b>	<b>3 340</b>	<b>15.4</b>	<b>15.5</b>	<b>15.2</b>	<b>14.4</b>	<b>4.2</b>	<b>8.8</b>	<b>1.3</b>	<b>13.4</b>	<b>6.4</b>	<b>1.0</b>	<b>7.8</b>			
Transportes	978	994	4.6	4.7	4.7	4.3	4.1	5.4	0.3	2.6	1.6	0.1	0.6			
Viagens e Turismo	885	935	4.6	4.4	4.3	4.0	2.4	7.7	0.3	3.3	5.6	0.2	1.9			
Comunicação	166	115	0.5	0.8	0.8	0.5	13.6	6.7	0.0	0.5	-31.0	-0.3	-2.0			
Construção	30	70	0.2	0.2	0.1	0.3	4.2	42.3	0.1	0.8	137.1	0.2	1.6			
Seguros	68	68	0.3	0.3	0.3	0.3	11.6	2.3	0.0	0.1	0.4	0.0	0.0			
Financeiros	55	65	0.4	0.3	0.3	0.3	5.7	13.3	0.0	0.4	18.1	0.0	0.4			
Informação e Informática	81	115	0.4	0.4	0.4	0.5	7.2	25.5	0.1	1.0	41.4	0.2	1.3			
Direitos de Utilização	108	115	0.7	0.5	0.5	0.5	0.8	10.1	0.0	0.5	6.3	0.0	0.3			
Outr. Fornec. por Empresas	583	700	2.9	3.0	2.8	3.0	5.8	18.0	0.5	5.2	19.9	0.6	4.5			
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	118	118	0.5	0.6	0.6	0.5	4.9	-3.6	0.0	-0.2	0.2	0.0	0.0			
Operações Governamentais	63	44	0.3	0.3	0.3	0.2	3.3	-19.5	-0.1	-0.7	-30.0	-0.1	-0.7			

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.



**Artigos**



## Em Análise:

## Comércio Internacional de Portugal com os países da CPLP e Investimento Directo

A Balança Comercial de Portugal com o conjunto dos países da CPLP é favorável a Portugal, apesar do significativo défice comercial com o Brasil, anulado pelo comportamento positivo da generalidade dos restantes membros desta Comunidade de Estados. Entre 2000 e 2007, o peso das importações provenientes dos países da CPLP no total das entradas de mercadorias passou de 1,4% para 3,2%, enquanto que as exportações, no mesmo período, subiram de 3,3% para 6,3% (Quadro 1).

**Quadro 1 – Balança Comercial de mercadorias de Portugal com os países da CPLP**

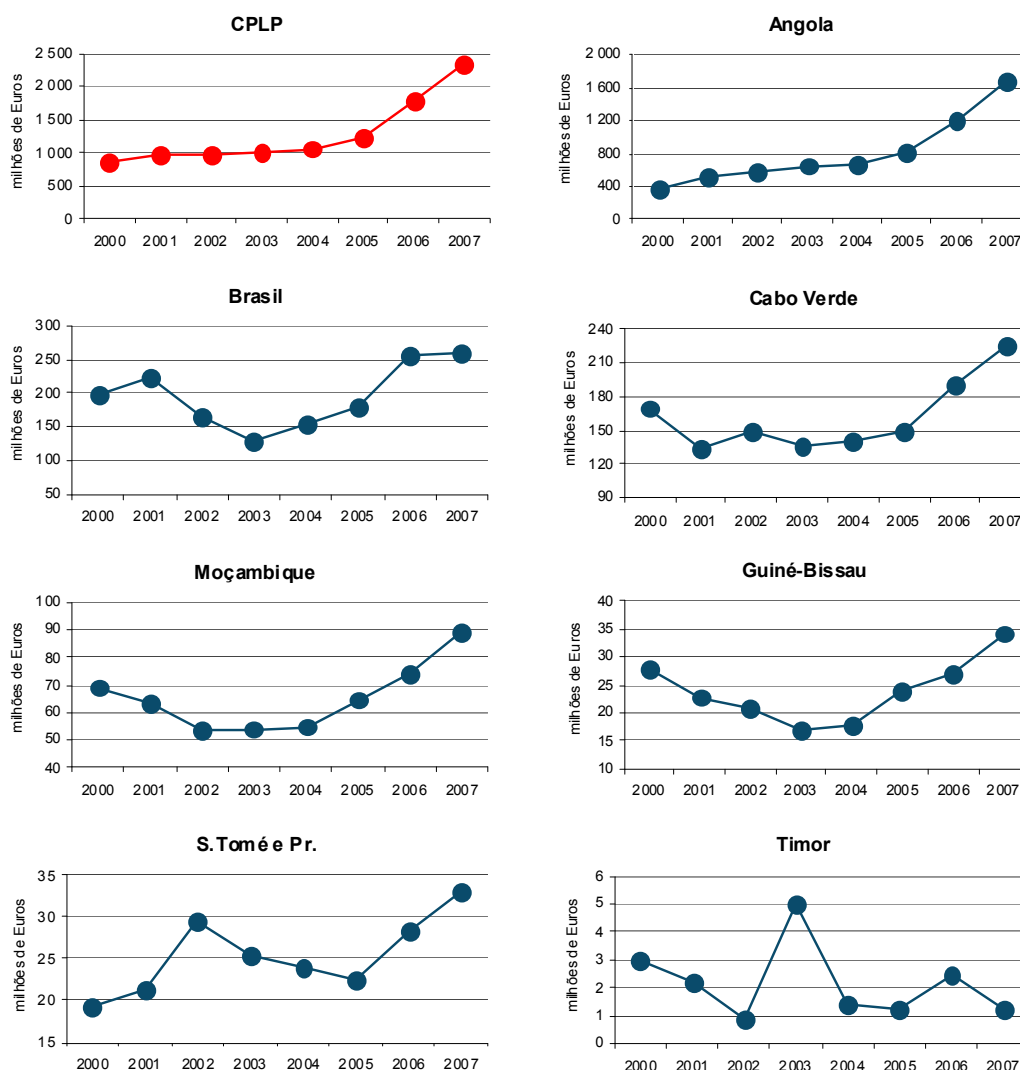
1000 Euros										
Importações	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>602 634</b>	<b>739 971</b>	<b>778 288</b>	<b>712 949</b>	<b>898 116</b>	<b>1 051 192</b>	<b>1 324 694</b>	<b>1 777 932</b>	<b>651 780</b>	<b>846 057</b>
AO Angola	57 662	127 049	69 939	2 403	1 830	25 130	52 749	369 453	119 892	192 675
BR Brasil	479 444	557 700	657 376	660 607	857 529	984 355	1 232 969	1 374 651	523 913	646 391
CV Cabo Verde	9 811	9 455	9 276	8 755	10 834	7 523	7 123	7 158	3 620	4 243
GW Guiné-Bissau	1 450	2 730	3 331	1 897	791	996	1 164	518	254	119
MZ Moçambique	45 235	39 748	36 829	38 449	26 083	31 657	28 685	25 674	3 941	2 291
ST S.Tomé e Pr.	8 866	2 559	475	300	275	258	719	257	82	80
TL Timor-Leste	166	729	1 062	539	774	1 271	1 286	222	77	256
1000 Euros										
Exportações	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>856 691</b>	<b>972 367</b>	<b>986 891</b>	<b>1 018 749</b>	<b>1 063 314</b>	<b>1 242 388</b>	<b>1 786 089</b>	<b>2 322 244</b>	<b>871 571</b>	<b>1 076 948</b>
AO Angola	370 986	503 600	569 564	651 699	671 061	803 029	1 210 189	1 680 181	632 171	795 000
BR Brasil	196 923	224 769	164 099	129 007	154 459	178 131	254 642	258 603	92 193	115 257
CV Cabo Verde	169 629	134 626	148 200	136 749	139 658	148 822	189 713	225 660	92 147	103 146
GW Guiné-Bissau	27 749	22 782	20 659	16 968	17 818	24 078	27 067	34 160	15 916	15 889
MZ Moçambique	69 123	63 138	53 882	54 029	54 925	64 685	73 720	89 377	27 649	32 493
ST S.Tomé e Pr.	19 271	21 262	29 636	25 314	24 007	22 412	28 311	33 060	11 050	14 651
TL Timor-Leste	3 011	2 189	850	4 983	1 385	1 231	2 448	1 203	446	513
1000 Euros										
Saldo (Fob-Cif)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>254 057</b>	<b>232 396</b>	<b>208 603</b>	<b>305 800</b>	<b>165 198</b>	<b>191 196</b>	<b>461 394</b>	<b>544 312</b>	<b>219 791</b>	<b>230 891</b>
AO Angola	313 324	376 552	499 625	649 296	669 231	777 899	1 157 440	1 310 727	512 279	602 324
BR Brasil	-282 521	-332 931	-493 276	-531 600	-703 070	-806 224	-978 327	-1 116 048	-431 719	-531 135
CV Cabo Verde	159 818	125 171	138 923	127 995	128 824	141 299	182 590	218 502	88 527	98 802
GW Guiné-Bissau	26 298	20 052	17 328	15 072	17 027	23 081	25 902	33 642	15 661	15 770
MZ Moçambique	23 888	23 390	17 053	15 580	28 842	33 027	45 035	63 703	23 708	30 202
ST S.Tomé e Pr.	10 405	18 702	29 161	25 014	23 732	22 154	27 592	32 803	10 967	14 571
TL Timor-Leste	2 845	1 460	-211	4 444	611	-40	1 162	982	368	257
1000 Euros										
Cobertura (Fob/Cif) (%)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>142.2</b>	<b>131.4</b>	<b>126.8</b>	<b>142.9</b>	<b>118.4</b>	<b>118.2</b>	<b>134.8</b>	<b>130.6</b>	<b>133.7</b>	<b>127.3</b>
AO Angola	643.4	396.4	814.4	27 116.3	36 661.8	3 195.4	2 294.2	454.8	527.3	412.6
BR Brasil	41.1	40.3	25.0	19.5	18.0	18.1	20.7	18.8	17.6	17.8
CV Cabo Verde	1 728.9	1 423.8	1 597.6	1 562.0	1 289.1	1 978.2	2 663.5	3 152.7	2 545.5	2 430.9
GW Guiné-Bissau	1 913.2	834.5	620.2	894.7	2 251.7	2 416.3	2 324.8	6 598.2	6 259.3	13 347.4
MZ Moçambique	152.8	158.8	146.3	140.5	210.6	204.3	257.0	348.1	701.5	1 418.0
ST S.Tomé e Pr.	217.4	830.8	6 242.2	8 435.9	8 730.2	8 691.6	3 935.3	12 877.1	13 402.8	18 287.7
TL Timor-Leste	1 812.6	300.4	80.1	924.3	179.0	96.8	190.4	543.1	575.9	200.1
1000 Euros										
Peso no total das Entradas (%)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>1.39</b>	<b>1.68</b>	<b>1.83</b>	<b>1.71</b>	<b>1.96</b>	<b>2.20</b>	<b>2.58</b>	<b>3.21</b>	<b>2.88</b>	<b>n.d.</b>
AO Angola	0.13	0.29	0.16	0.01	0.00	0.05	0.10	0.67	0.53	n.d.
BR Brasil	1.11	1.26	1.55	1.58	1.87	2.06	2.40	2.48	2.31	n.d.
CV Cabo Verde	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.01	0.01	0.02	n.d.
GW Guiné-Bissau	0.00	0.01	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	n.d.
MZ Moçambique	0.10	0.09	0.09	0.09	0.06	0.07	0.06	0.05	0.02	n.d.
ST S.Tomé e Pr.	0.02	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	n.d.
TL Timor-Leste	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	n.d.
1000 Euros										
Peso no total das Saídas (%)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan-Mai	
									2007	2008
<b>CPLP</b>	<b>3.25</b>	<b>3.61</b>	<b>3.60</b>	<b>3.63</b>	<b>3.60</b>	<b>4.18</b>	<b>5.31</b>	<b>6.33</b>	<b>5.62</b>	<b>n.d.</b>
AO Angola	1.41	1.87	2.08	2.32	2.27	2.70	3.60	4.58	4.08	n.d.
BR Brasil	0.75	0.84	0.60	0.46	0.52	0.60	0.76	0.70	0.59	n.d.
CV Cabo Verde	0.64	0.50	0.54	0.49	0.47	0.50	0.56	0.61	0.59	n.d.
GW Guiné-Bissau	0.11	0.08	0.06	0.06	0.06	0.08	0.08	0.09	0.10	n.d.
MZ Moçambique	0.26	0.23	0.20	0.19	0.19	0.22	0.22	0.24	0.18	n.d.
ST S.Tomé e Pr.	0.07	0.08	0.11	0.09	0.08	0.08	0.08	0.09	0.07	n.d.
TL Timor-Leste	0.01	0.01	0.00	0.02	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	n.d.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE; 2000 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - Segundas Versões; 2008 - Versão preliminar.

Nota: no cálculo do peso no Total, não estão incluídas estimativas abaixo dos limiares de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário, que o INE calcula a partir de 2005.

As exportações de mercadorias portuguesas para o conjunto dos países da CPLP cresceram consideravelmente a partir de 2004, e também na generalidade dos mercados, à excepção de Timor-Leste (Figura 1).

**Figura 1 - Evolução das exportações de mercadorias portuguesas para a CPLP e para cada um dos países da Comunidade (2000-2007)**



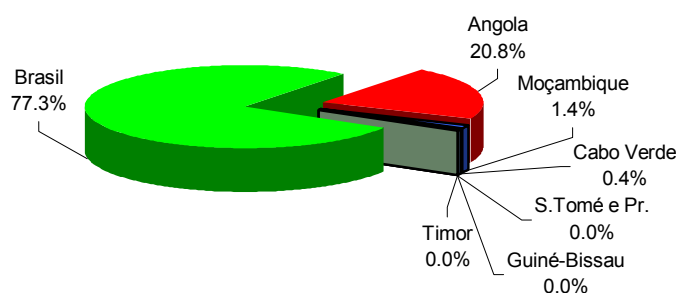
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2005-últimas versões; 2006 e 2007-Segundas Versões; 2008-Versão preliminar.

Em 2007, o Brasil representou 77,3% das importações portuguesas com origem na CPLP, a que se seguiu Angola, com 20,8%, Moçambique, com 1,4% e Cabo Verde, com 0,4%.

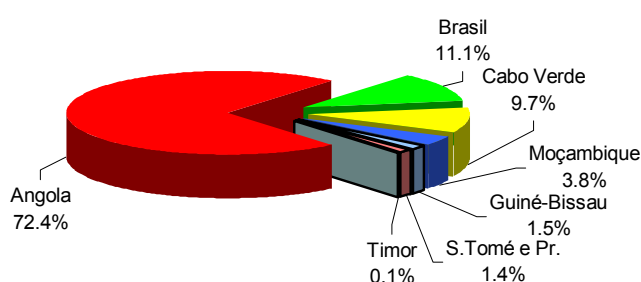
Na vertente das exportações, Angola representou 72,4% do total no mesmo ano, seguida do Brasil, com 11,1%, Cabo Verde, com 9,7%, Moçambique, com 3,8%, Guiné-Bissau, 1,5%, S. Tomé e Príncipe, com 1,4%, e Timor-Leste, com 0,1% (Figura 2).

**Figura 2 - Comércio internacional de Portugal no espaço da CPLP**  
**Peso relativo dos países**

**Importações - 2007**



**Exportações - 2007**



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas sersões; 2008 - sersão preliminar.

No Quadro 2, encontra-se representada a quota mundial de mercado dos países da CPLP nas exportações de mercadorias de 1996 a 2006, em permilagem.

**Quadro 2 - Quota mundial de mercado dos países da CPLP**  
**Exportações de mercadorias (1996-2006)**

Exportações	(Permilagem)										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Mundo a	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00	1000.00
Brasil	8.84	9.48	9.30	8.41	8.54	9.41	9.31	9.64	10.48	11.30	11.38
Portugal	4.56	4.29	4.51	4.30	3.78	3.90	3.99	4.19	3.89	3.64	3.59
Angola	0.94	0.90	0.64	0.90	1.23	1.06	1.28	1.25	1.46	2.30	2.90
Cabo Verde	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Guiné-Bissau	0.01	0.01	0.00	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
Moçambique	0.04	0.04	0.04	0.05	0.06	0.11	0.12	0.14	0.16	0.17	0.20
São Tomé e Pr.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

a Inclui significativas re-exportações.

Fonte: GEE, a partir de dados de base da OMC: "International Trade Statistics 2007" - Quadro A6.

O **investimento directo estrangeiro bruto** dos países da CPLP em Portugal entre 2001 e 2007 foi pouco significativo. Por sua vez, após um considerável investimento de Portugal no espaço da CPLP em 2001 e 2002, com particular relevância para o Brasil, tendo em 2001 representado 18% do investimento bruto total português, o investimento directo de Portugal na CPLP caiu em 2003 para 2,7% do total, após o que

tem aumentado sustentadamente, representando já 9% do investimento bruto total português em 2007 (Quadro 3).

**Quadro 3 – Investimento directo estrangeiro bruto na CPLP**

*em percentagem*

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Do exterior em Portugal:</b>							
MUNDO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
UE-15	89.8	90.0	72.4	83.5	90.9	86.1	87.6
UE-27	89.9	90.0	72.5	83.5	92.1	86.6	88.2
CPLP	1.0	1.8	0.8	0.1	0.3	0.3	0.4
<b>De Portugal no exterior:</b>							
MUNDO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
UE-15	73.5	80.0	51.0	79.6	66.1	59.1	60.8
UE-27	77.2	80.6	52.2	79.9	67.6	63.4	65.3
CPLP	18.1	10.3	2.7	5.4	6.8	8.9	9.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Banco de Portugal (Informação disponibilizada em 2008.03.25)

## Evolução Recente dos Preços das Matérias-Primas e Impacto na Taxa de Inflação

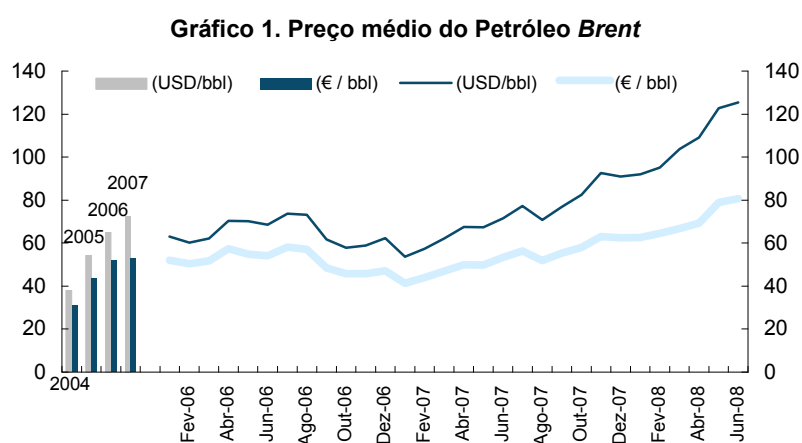
Alda Rito e Clara Synek\*

Uma das principais preocupações existentes actualmente relaciona-se com a forte subida dos preços das matérias-primas (energéticas e alimentares), a qual se tem reflectido no aumento da taxa de inflação. Neste trabalho procura-se (i) identificar os factores que mais têm contribuído para este comportamento, (ii) apresentar alguma evidência recente quanto à evolução dos preços na área do euro e em Portugal e (iii) realçar medidas propostas que visam mitigar o impacto do aumento da inflação nas famílias e nas empresas.

### 1. Causas da Subida dos Preços da Energia e dos Produtos Alimentares

A partir do 2º semestre de 2007 observou-se uma subida significativa dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais.

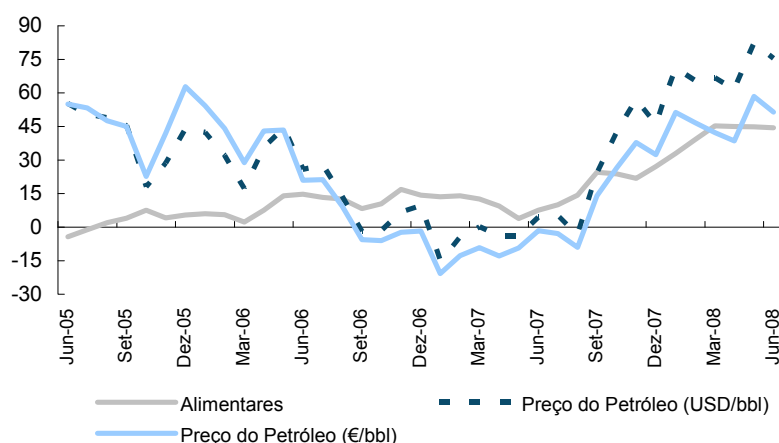
**A) Do lado dos produtos energéticos**, assistiu-se a um ligeiro abrandamento do crescimento do preço do petróleo no conjunto do ano de 2007, não obstante uma aceleração significativa a partir do 2º semestre. Esta tendência altista manteve-se no 1º semestre de 2008, com maior intensidade quando expressa em dólares, associado à apreciação euro face ao dólar. No 1º semestre de 2008, o preço médio do petróleo *Brent* foi de 108 USD/bbl (70 €/bbl) equivalente a uma variação homóloga de 71% (48%), tendo ultrapassado os 140 USD/bbl (90 €/bbl) na primeira quinzena de Julho (Gráficos 1 e 2).



Fontes: DGEG; Banco de Portugal.

\* Técnicas Superiores do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP.

**Gráfico 2. Preço dos Produtos Alimentares e do Petróleo Brent**  
(Taxa de variação homóloga, em %)



Fontes: DGEG; Banco de Portugal; FMI.

As principais razões subjacentes ao aumento acentuado do preço do petróleo relacionam-se com:

- a manutenção da procura elevada, sobretudo proveniente das economias emergentes asiáticas (China e Índia) em resultado do processo de desenvolvimento industrial e da melhoria do rendimento das populações nos últimos anos. De facto, em 2007, assistiu-se a um acréscimo da procura global de petróleo em 1,1 milhões de barris diários, estando previsto um novo aumento em 2008 de 0,9 milhões bbl/dia (Quadro 1);
- do lado da oferta, a produção não acompanhou o forte crescimento da procura. Por exemplo, em 2007, o decréscimo registado da produção da OPEP não foi compensado pelo crescimento de produção por parte dos Países não OPEP (Quadro 1);
- o prosseguimento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e o surgimento de alguma pressão especulativa;
- a depreciação do dólar.

De acordo com um recente estudo publicado pelo FMI<sup>1</sup>, o impacto da depreciação do dólar na subida do preço do petróleo transmite-se por diversos canais:

- Tendo em conta que grande parte das matérias-primas tem o seu preço fixado em dólares, a depreciação desta moeda faz com que essas matérias-primas se tornem mais baratas quando expressas noutras moedas, fazendo aumentar a sua procura.
- Do lado da oferta, há uma pressão para o aumento do preço das matérias-primas dada a diminuição dos lucros expressos em moeda nacional dos produtores localizados fora da área do dólar.
- A depreciação do dólar reduz o retorno dos activos financeiros denominados em dólares quando expresso noutras moedas. Isto faz com que outros activos, nomeadamente as matérias-primas, se tornem mais atractivos para os investidores estrangeiros. Por outro lado, a depreciação do USD

<sup>1</sup>"Dollar Depreciation and Commodity Prices", World Economic Outlook, FMI, Abril 2008, pp. 48-50., Cheng *et al.*

tende a gerar pressões inflacionistas nos EUA, fazendo com que os agentes invistam mais em activos reais (ex.: petróleo).

iv) Por último, a depreciação do dólar pode conduzir a políticas monetárias mais expansionistas, especialmente noutras economias cuja moeda está indexada ao dólar. Isto pode resultar em taxas de juro mais baixas e maior liquidez e, conseqüentemente, num aumento da procura por matérias-primas e outros activos, contribuindo para o aumento dos preços.

**Quadro 1. Procura e Oferta Global de Petróleo**

	2004	2005	2006	2007	2008*
	milhões bbl/dia				
<b>1. Procura</b>					
<b>OCDE</b>	49,4	49,7	49,3	49,1	48,6
América do Norte	25,4	25,5	25,3	25,5	25,0
Europa	15,5	15,6	15,6	15,3	15,3
Pacífico	8,5	8,6	8,4	8,3	8,3
<b>Não OCDE</b>	33,1	34,1	35,5	36,9	38,1
<i>dos quais:</i>					
China	6,4	6,7	7,2	7,5	8,0
Outros Países Ásia	8,7	8,8	9,0	9,3	9,4
Médio Oriente	5,7	6	6,2	6,5	6,8
África	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1
América Latina	5,0	5,1	5,3	5,6	5,9
<b>TOTAL Mundial</b>	82,5	83,8	84,9	86,0	86,9
<b>2. Produção</b>					
<b>OPEP</b>	34,6	36,0	36,3	35,9	:
<b>Não-OPEP</b>	48,8	48,6	49,1	49,6	50,0
<i>do qual:</i>					
América do Norte	14,6	14,1	14,2	14,3	14,1
<b>TOTAL Mundial</b>	83,4	84,6	85,4	85,5	:

Fonte: Agência Internacional de Energia. \* Previsão.

**B) Do lado das matérias-primas não energéticas**, verificou-se uma tendência ascendente dos preços dos produtos alimentares ao longo de 2007, tendo a subida sido particularmente significativa a partir do 2º semestre desse ano, mantendo uma forte aceleração no 1º semestre de 2008 (42% em termos homólogos). Destaca-se a aceleração significativa dos preços dos cereais (milho, trigo e arroz) e dos óleos vegetais, invertendo a tendência de fraco crescimento nas duas últimas décadas (Quadro 2 e Gráfico 2).

**Quadro 2. Preço internacional das matérias-primas, em dólares**

(Taxa de Variação Homóloga, em %)

	Peso no Total * (Em %)	2000-2005 média	2006	2007	2007				2008	
					I	II	III	IV	I	II
Não Energéticas	36,9	4,8	23,2	14,1	21,2	15,2	11,2	9,6	19,6	16,8
Produtos Alimentares**	16,7	3,9	10,5	15,2	13,3	6,9	16,1	24,3	39,2	44,8
Bebidas (café, chá e cacau)	1,8	2,4	8,4	13,8	8,8	16,0	15,3	15,1	30,2	31,5
Produtos Agrícolas***	7,7	1,2	8,8	5,0	12,8	7,8	-0,9	0,8	-1,3	2,1
Metais (cobre, alumínio, níquel, zinco e urânio)	10,7	11,4	56,2	17,4	38,0	28,2	11,4	-1,9	7,9	-4,8
Energéticas (petróleo, gás natural e carvão)	63,1	21,7	19,2	10,4	-4,6	-2,5	6,8	44,8	64,3	81,9
petróleo Brent, em USD	53,6	23,1	19,7	11,4	-6,5	-1,2	7,9	48,6	67,8	73,1
petróleo Brent, em euros	:	21,6	18,7	2,0	-14,2	-8,0	0,0	32,3	46,6	49,5

Fontes: FMI; DGEG e BP. \* Peso baseado na média mundial dos ganhos de exportação de 2002-2004. \*\* Inclui óleos vegetais, carne, cereais, peixe, açúcar, laranjas e bananas. \*\*\* madeira, algodão, lã, borracha e couro.

Os principais factores que mais têm impulsionado a subida dos preços dos produtos alimentares relacionam-se com:

- fenómenos temporários que afectam a oferta mundial das matérias-primas agrícolas, tais como condições meteorológicas adversas em alguns dos principais países exportadores;
- fenómenos estruturais associados aos fortes aumentos da procura mundial de produtos alimentares resultantes das alterações dos padrões de consumo em muitas economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo asiáticas (China e Índia). O aparecimento de novas fontes de procura de algumas matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis (nomeadamente milho) o qual tenderá a ter um impacto ascendente e persistente sobre os preços no futuro;
- a manutenção a níveis elevados do preço do petróleo nos mercados internacionais com repercussões nos preços dos combustíveis. Com efeito, um estudo do Banco Mundial sugere que um acréscimo de 10% do preço do petróleo repercute-se em 1% a 2% de aumento dos preços dos bens alimentares;
- fenómenos de natureza especulativa em torno de produtos financeiros ligados às matérias-primas agrícolas num contexto de depreciação do dólar norte americano.

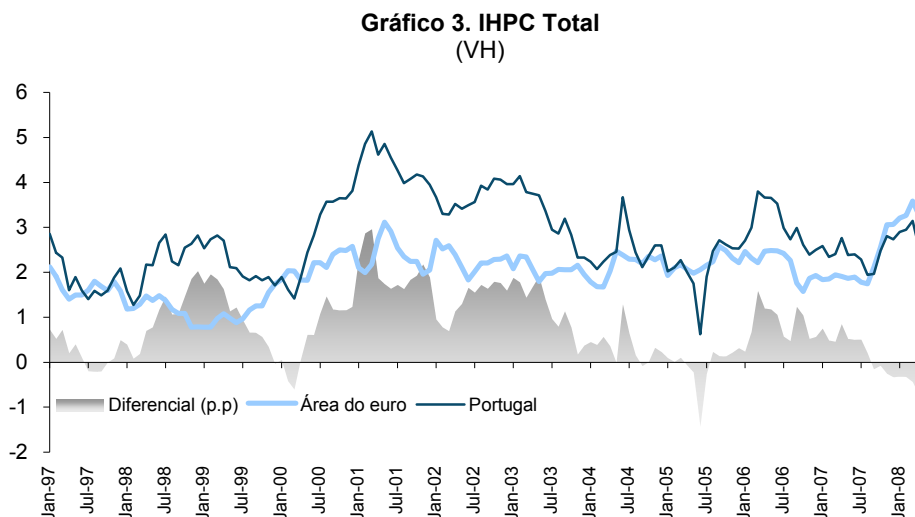
## ***2. Desenvolvimentos Recentes dos Preços na Área do Euro e em Portugal***

A tendência altista dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais tem-se repercutido, inevitavelmente, na evolução dos preços no consumidor na área do euro. Com efeito, desde meados de 2007, tem-se assistido a uma aceleração do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), o qual registou uma taxa de variação homóloga de 4% em Junho (1,9% no mesmo mês de 2007 e 2,1% no conjunto do ano de 2007), a mais elevada desde que há registos do IHPC (Gráfico 3).

Em Portugal, ainda que no mesmo sentido, a evolução dos preços tem sido mais moderada, pelo que, desde Setembro do ano passado, se tem registado um diferencial negativo significativo (Gráfico 3): em Junho, a variação homóloga do IHPC em Portugal foi de 3,4%, 0,6 p.p. abaixo do registado na área do euro. Desde 1997, apenas em três curtos períodos de tempo houve registo de um diferencial negativo da inflação portuguesa face à da área do euro: (i) entre Abril e Julho de 2005, devido ao efeito de base associado ao forte aumento dos preços da classe Hotéis, cafés e restaurantes no período homólogo de 2004, na sequência do Campeonato Europeu de Futebol nesse ano; (ii) em Fevereiro e Março de 2000, reflectindo, principalmente, a menor repercussão do forte aumento do preço do petróleo nos preços de venda a retalho dos combustíveis e (iii) entre Julho e Outubro de 1997, em resultado do aumento mais moderado dos preços dos produtos alimentares (em particular, dos óleos e gorduras, da carne, das bebidas não alcoólicas e da fruta).

No 1º semestre de 2008, as componentes “Energia” e “Produtos alimentares transformados” (onde se incluem o “Pão e cereais”, o “Leite e derivados” e os “Óleos e gorduras”) foram as que mais contribuíram para o aumento dos preços, explicando cerca de 57% da inflação homóloga na área do euro (cuja taxa se situou em 3,5%) e cerca de 63% em Portugal (3%) (Quadro 3). O crescimento menos acentuado dos

preços em Portugal resultou, principalmente, do contributo nulo dos preços dos “Produtos alimentares não transformados” (face a um aumento de 0,3 p.p. na área do euro) e do contributo ligeiramente inferior dos preços da “Energia” (1 p.p. que compara com 1,2 p.p. na área do euro) (Gráfico 3).



Por sua vez, a inflação subjacente, ainda que evidenciando um aumento ligeiramente superior em Portugal (2,6%) do que na área do euro (2,5%), apresentou o mesmo contributo, em Portugal e na área do euro, para o aumento total do IHPC (2 p.p.)<sup>2</sup>. Destaca-se, contudo, que, desde a segunda metade do ano anterior, assistiu-se a uma redução do diferencial da inflação subjacente face à área do euro, tendo-se registado valores negativos ao longo do 2º trimestre.

<sup>2</sup> Este resultado deriva do facto dos ponderadores utilizados para calcular o IHPC de Portugal e da área do euro diferirem. As componentes da inflação subjacente (total excluindo bens alimentares não transformados e a energia) têm um peso de 82,6% e de 79,2% para a área do euro e para Portugal, respectivamente.

Quadro 3. IHPC e Principais Componentes

	Pesos (2008)		Variação Homóloga (%)				Contributos (p.p)			
			2007		Jan-Junho08		2007		Jan-Junho08	
	AE	PT	AE	PT	AE	PT	AE	PT	AE	PT
<b>IHPC Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,0</b>				
1. Produtos aliment. e bebidas não alcoól.	15,8	18,6	2,7	2,4	6,0	3,4	0,4	0,5	<b>1,0</b>	<b>0,6</b>
<i>Dos quais:</i>										
Pão e cereais	2,6	3,2	3,5	3,9	9,0	9,2	0,1	0,1	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>
Carne	3,7	4,6	2,7	0,7	3,7	1,2	0,1	0,0	0,1	0,1
Peixe	1,1	3,2	2,8	4,8	3,4	4,2	0,0	0,2	0,0	0,1
Leite, queijo e ovos	2,3	2,4	3,4	3,3	13,7	12,9	0,1	0,1	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>
Óleos e gorduras	0,6	0,8	-1,6	-7,8	7,7	8,8	0,0	-0,1	0,0	0,1
Frutas	1,2	1,5	3,4	3,1	6,8	4,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Produtos hortícolas	1,6	1,6	3,4	5,8	0,7	-13,4	0,1	0,1	0,0	-0,2
Açúcar, confeitaria, mel e outros	1,0	0,5	1,1	0,4	4,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos alimentares n.e.	0,4	0,2	0,7	-1,9	3,6	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Bebidas não alcoólicas	1,3	0,7	2,2	1,1	3,8	1,0	0,0	0,0	0,1	0,0
2. Bebidas alcoólicas e tabaco	3,7	2,9	3,4	4,9	3,2	8,1	0,1	0,2	0,1	0,2
3. Vestuário e calçado	6,8	6,4	1,0	2,2	0,8	2,2	0,1	0,1	0,1	0,1
4. Habit., água, electric., gás e outros	15,3	9,9	2,7	3,6	4,8	4,2	0,4	0,4	<b>0,7</b>	<b>0,4</b>
5. Acessórios, equip. domést. (...)	7,0	7,3	1,7	1,6	2,1	1,5	0,1	0,1	0,1	0,1
6. Saúde	4,0	5,4	1,7	7,4	1,7	2,3	0,1	0,4	0,1	0,1
7. Transportes	15,7	20,3	2,4	1,5	5,7	3,0	0,4	0,3	<b>0,9</b>	<b>0,6</b>
8. Comunicações	3,3	2,7	-1,9	-1,7	-2,1	-1,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0
9. Lazer, recreação e cultura	9,7	4,6	0,2	0,5	0,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Educação	1,0	1,7	7,8	3,7	6,5	4,4	0,1	0,1	0,1	0,1
11. Hotéis, cafés e restaurantes	9,3	14,1	3,2	2,4	3,3	3,5	0,3	0,3	0,3	0,5
12. Bens e serviços diversos	8,4	6,2	2,3	2,5	2,4	2,3	0,2	0,2	0,2	0,1
<i>Em memória:</i>										
Subjacente	82,6	79,2	2,0	2,2	2,5	2,6	1,7	1,8	2,0	2,0
Energia	9,8	9,9	2,6	3,5	12,2	9,9	0,2	0,3	1,2	1,0
Produtos aliment. não transformados	7,6	10,9	3,0	3,0	3,6	-0,1	0,2	0,3	0,3	0,0
Produtos aliment. transformados	11,9	10,6	2,8	2,6	6,7	8,5	0,3	0,3	0,8	0,9

Fontes: Eurostat e cálculos do GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

De seguida, analisa-se, mais detalhadamente, as razões subjacentes à aceleração dos preços face ao registado em 2007 (Quadro 3). Na área do euro, a inflação aumentou significativamente, passando de 2,1% em 2007 para 3,5% em termos homólogos, na primeira metade de 2008. Esta aceleração dos preços contou, sobretudo, com o aumento dos contributos dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, dos “Transportes” (ambos em cerca de 0,5 p.p.) e da “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (0,3 p.p.). Nesse período, em Portugal, o aumento da inflação foi bastante menos acentuado (de 2,4% em 2007 para 3%, em termos homólogos) e reflectiu o aumento mais moderado dos contributos dos “Transportes” (0,3 p.p.) e dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”.

Paralelamente, estes aumentos beneficiaram da diminuição do contributo dos preços dos bens da “Saúde” (-0,3 p.p.) que reflectiu a dissipação do efeito do aumento das taxas moderadoras efectuado em Abril de 2007.

A aceleração significativamente mais moderada dos preços dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” em Portugal resultou, essencialmente, da quebra acentuada dos preços dos “Produtos hortícolas”, em 13,4% em termos homólogos (+5,8% em 2007), face ao aumento marginal observado na área do euro (Gráfico 4). Os “Outros produtos alimentares não transformados” (carne, peixe e fruta) também contribuíram nesse sentido, evidenciando uma aceleração de preços ligeiramente menos acentuada em Portugal. Por sua vez, a inflação nos “Produtos alimentares transformados” (excluindo bebidas alcoólicas e tabaco) registou um aumento similar nas duas zonas, em associação ao aumento dos preços internacionais das matérias-primas alimentares. Destaca-se a forte aceleração dos preços do “Leite, queijos e ovos” para 13,7% e 12,9% na área do euro e em Portugal, respectivamente (cerca de 3% em 2007) (Gráfico 5); dos preços do “Pão e cereais” para cerca de 9% em ambos os territórios (3,9% e 3,5% em Portugal e na área do euro, respectivamente, em 2007) (Gráfico 6). O preço dos “Óleos e gorduras” registou uma aceleração mais significativa em Portugal, mas o seu reduzido peso no IHPC total (cerca de 0,8%) tornou o seu contributo residual.

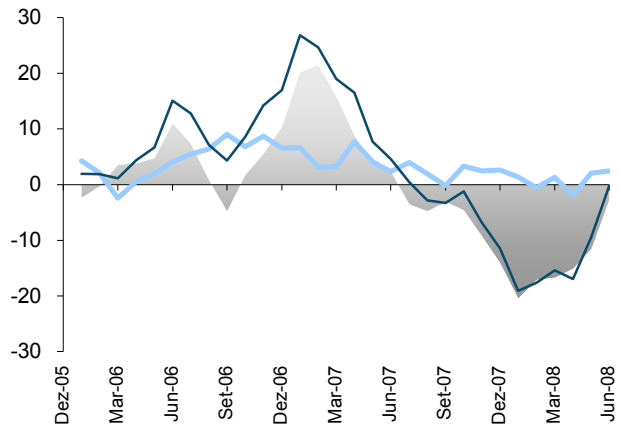
No 1º semestre de 2008, o impacto da subida do preço do petróleo nos preços dos “Combustíveis e lubrificantes” foi muito semelhante na área do euro e em Portugal, registando um aumento de 15% e 13,5% respectivamente (2,3% e 3,5% em 2007) (Gráfico 7). O menor contributo da Classe dos “Transportes” para a aceleração dos preços em Portugal derivou da quebra dos preços da aquisição de veículos em 3,2% que compara com o ligeiro aumento de 0,1% na área do euro, nesse período (Gráfico 8). Esta diminuição deverá estar associada à alteração da tributação de veículos introduzida em Junho de 2007 em Portugal.

No que diz respeito à evolução dos preços da “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis”, a aceleração mais moderada observada em Portugal (Quadro 3) deveu-se ao comportamento dos preços da “Electricidade, gás e outros combustíveis” (Gráfico 9), cujo crescimento tem sido inferior em Portugal desde o final do ano transacto e com o diferencial a evidenciar uma tendência crescente. Estes desenvolvimentos explicam também o facto dos preços da energia apresentarem um aumento inferior em Portugal, uma vez que, como referido anteriormente, o aumento do preço dos “Combustíveis” foi semelhante em ambos os territórios<sup>3</sup>.

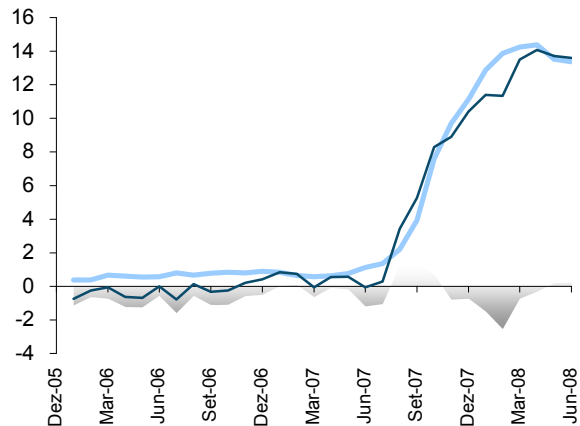
---

<sup>3</sup> O agregado Produtos energéticos é constituído pelas rubricas “Combustíveis e lubrificantes” e “Electricidade, gás e outros combustíveis”.

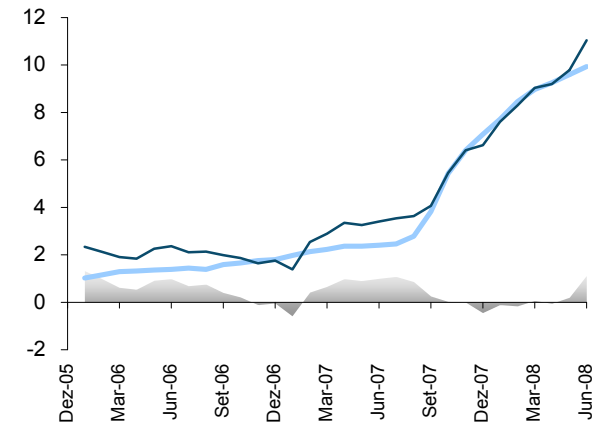
**Gráfico 4. IHPC- Produtos Hortícolas (VH)**



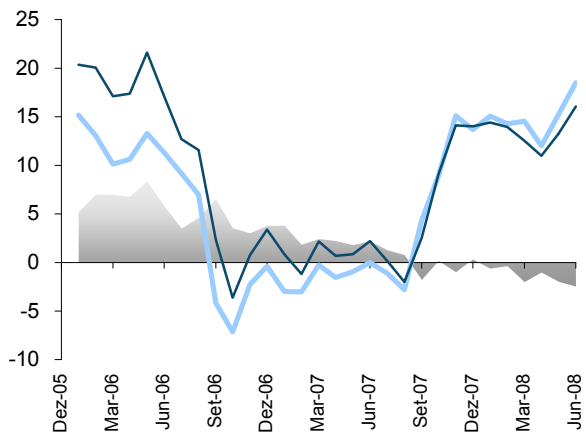
**Gráfico 5. IHPC- Leite, Queijo e Ovos (VH)**



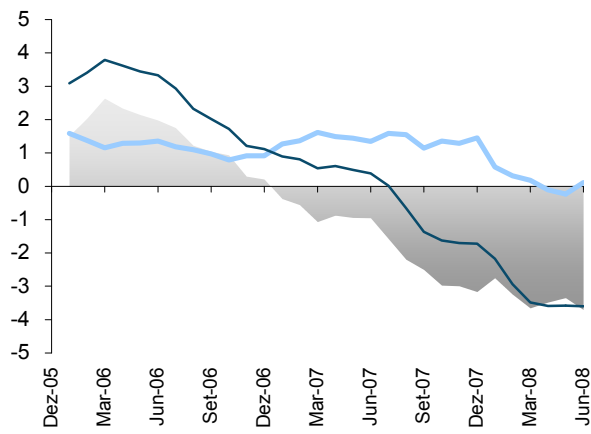
**Gráfico 6. IHPC- Pão e Cereais (VH)**



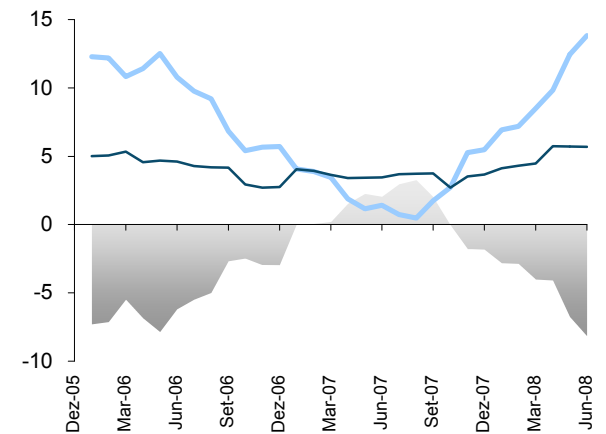
**Gráfico 7. IHPC- Combustíveis e Lubrificantes (VH)**



**Gráfico 8. IHPC- Aquisição de Veículos (VH)**



**Gráfico 9. IHPC- Electricidade, Gás e outros combustíveis (VH)**



— Portugal    — Área do euro    Diferencial (p.p)

Fonte: Eurostat

Finalmente, tendo em conta que os ponderadores utilizados para a agregação dos índices de preços de cada Estado-membro da UE reflectem o respectivo cabaz típico de compras, o comportamento mais favorável do IHPC em Portugal poderá estar associado à estrutura específica do índice para o nosso país. Com efeito, no início deste ano, verificou-se um peso superior em alguns agregados que evidenciaram um comportamento mais favorável (produtos alimentares não transformados e transportes) e um peso inferior em algumas classes cujos preços aceleram mais do que na área do euro (produtos alimentares transformados e bebidas alcoólicas e tabaco) (Quadro 3).

### **3. Medidas Propostas a Nível Internacional, Europeu e em Portugal**

**A) Nações Unidas e FMI** – A Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) das Nações Unidas reuniu-se entre os dias 3 e 5 de Junho, em Roma, a fim de estabelecer as linhas de orientação para a produção de biocombustíveis e consagrar maiores ajudas aos países em vias de desenvolvimento, caracterizados por terem uma população mais vulnerável à subida dos preços dos produtos alimentares. Neste último aspecto, o FMI duplicou a sua ajuda financeira a 4 países de baixo rendimento (Burkina Faso, Mali, Nigéria e República do Kirguistão na Ásia Central) abrangidos pela alta dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis, estando em negociações a atribuição de uma ajuda suplementar a 11 países. Igualmente, o Banco Mundial anunciou, a 29 de Maio, a criação de um mecanismo financeiro no valor de 1,2 mil milhões de dólares para fazer face às necessidades imediatas, sendo 200 milhões de dólares atribuídos sob a forma de donativos a favor das populações mais vulneráveis dos países mais pobres do mundo.

De acordo com Strauss-Kahn (Director-Geral do FMI), a situação presente não está relacionada com uma escassez alimentar mundial, mas sim com o facto do aumento dos preços ter originado uma redução do poder de compra de muitas famílias para adquirirem os produtos alimentares. As principais linhas de orientação de ajuda internacional por ele defendidas baseiam-se no seguinte:

- responder às necessidades imediatas das regiões mais atingidas, nomeadamente em termos alimentares;
- orientar os países na ajuda para aqueles que mais necessitam, evitando a tomada de medidas que possam prejudicar a actual situação, tais como, a proibição das exportações ou o controlo dos preços;
- ajudar os países a reduzir os custos macroeconómicos do acréscimo dos preços e evitar que esta crise possa desencadear um problema geral de inflação ou de balança de pagamentos<sup>4</sup>;
- reduzir ou eliminar os direitos aduaneiros para os produtos alimentares essenciais; atribuir subsídios temporários para os mais pobres e expandir os programas de nutrição alimentar, já existentes na República da África do Sul e no Quénia.

<sup>4</sup>A título de exemplo, é de referir que a subida dos custos de importação dos produtos alimentares tenderá a ultrapassar 1% do PIB em 2008 em cerca de metade dos países de África, nomeadamente na República do Congo e na Mauritânia.

Sendo de evitar:

- a tomada de medidas que visem limitar e restringir as exportações (caso do arroz pela Índia e Egipto);
- atribuir subsídios gerais que não se destinam especificamente às famílias mais carenciadas;
- impor o controlo dos preços, o que poderia desencorajar a produção.

**B) Comissão Europeia** – Levando em linha de conta o facto da recente subida dos preços dos bens alimentares ser fundamentalmente causada pela elevada procura, especialmente proveniente das economias emergentes da Ásia (China e Índia), com tendência para continuar a crescer, as principais medidas sugeridas pela CE para atenuar a subida significativa dos preços dos produtos alimentares são sobretudo orientadas no sentido de aumentar e melhorar a oferta agrícola, mediante a alteração de algumas regras da Política Agrícola Comum.

De facto, em termos europeus, as medidas mais concretas e de curto prazo assentam na alteração de algumas regras da Política Agrícola Comum, visando atenuar alguns constrangimentos aos agricultores europeus em termos de capacidade produtiva. De entre as principais medidas propostas pela Comissão Europeia (descritas sumariamente no Comunicado de 20 de Maio de 2008), destacam-se:

- a supressão do sistema de retirada de terras da produção - o requisito exigido aos agricultores no qual deveriam deixar em forma de pousio 10% das suas terras é agora suprimido, de forma a maximizar o potencial de produção;
- a eliminação gradual das quotas leiteiras – as quotas leiteiras serão suprimidas de forma gradual até Abril de 2015, sob a forma de 5 aumentos de quotas anuais de 1% entre 2009/2010 e 2013/4;
- a suspensão dos direitos de importação nos cereais;
- a transferência de parte das dotações orçamentais das ajudas directas aos agricultores para o desenvolvimento rural de forma faseada.

Outras medidas foram propostas pela Comissão Europeia com vista a atenuar a subida dos preços dos produtos alimentares, mas só deverão produzir efeitos concretos a médio e longo prazo. Neste caso, cite-se o reforço do investimento em investigação no sector agrícola, com o objectivo de aumentar a produtividade e a produção neste sector.

**C) Portugal** – Vários tipos de medidas têm vindo a ser tomadas para reduzir o impacto da subida dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. As medidas mais significativas destinadas às famílias incidem sobre:

- o aumento do abono de família destinado às famílias detentoras de menores recursos;

- o congelamento do valor dos passes sociais dos transportes públicos de Lisboa e Porto e criação de um passe escolar para crianças dos 4 aos 18 anos, com redução para metade do valor mensal da assinatura;
- o alargamento da acção social escolar no ensino básico e secundário, a partir do próximo ano lectivo, nomeadamente em termos de apoios a refeições, manuais e material escolar;
- a descida da taxa do IVA de 21% para 20%, desde 1 de Julho de 2008.

De entre as medidas apresentadas para apoiar o sector empresarial, destacam-se:

- no sector das pescas: redução da taxa de venda nas lotas de 4% para 2%; criação de uma linha de crédito de 40 milhões de euros com isenção de taxa de juro e reembolso no prazo de 5 anos; reconfiguração do programa operacional das pescas; criação de um grupo de trabalho para analisar as taxas e licenças da actividade;
- no sector dos transportes: redução das portagens entre os 30% e 50% no período entre as 22h00 e as 7h00; manutenção do valor do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) em 2009; manutenção do imposto de camionagem nos valores de 2007 nos próximos 3 anos; actualização do custo dos fretes segundo uma tabela que determina o impacto do encarecimento dos combustíveis sobre a estrutura de custos da empresa; majoração em 20% das despesas de combustíveis adquiridos em Portugal para efeito de despesas em sede de IRC; prazo máximo de 30 dias para pagamento de facturas aos transportadores; apoios específicos para a renovação de frotas e para o abate de veículos em fim de vida; subsídios à formação profissional.

#### **4. Conclusões**

Tendo em conta a forte subida dos preços das matérias-primas e, conseqüentemente, o aumento da taxa de inflação que se tem vindo a assistir recentemente, o presente artigo contribui para a identificação das principais causas por detrás desta evidência. Conclui-se, assim, que, no que diz respeito aos produtos energéticos, a subida acentuada dos preços se associa fundamentalmente a um aumento significativo da procura por parte das economias emergentes, não acompanhado por um aumento correspondente da produção, a alguma instabilidade geopolítica no Médio Oriente, à depreciação do dólar e à existência de pressões especulativas nos mercados. De referir que os movimentos especulativos, o aumento da procura e a própria aceleração dos preços dos produtos energéticos, têm contribuído para o aumento acentuado dos preços das restantes matérias-primas.

No que diz respeito à evolução dos preços em Portugal e na área do euro, conclui-se que o comportamento mais favorável da taxa de inflação no nosso país se deve, não só ao crescimento menos acentuado do preço de alguns bens (ex.: “Produtos alimentares não transformados” e “Energia” nos primeiros meses de 2008), mas também aos diferentes ponderadores utilizados para a agregação dos índices de preços em Portugal e na área do euro, reflectindo os diferentes cabazes de consumo.

## Relacionamento Económico com Angola<sup>5</sup>

### 1 – Enquadramento económico de Angola

Após um longo período de guerra civil, que dilacerou o país, e na sequência de um conjunto de medidas tomadas pelo Governo a partir de 2000, a economia angolana revelou, a partir de 2002, uma recuperação muito significativa. A inflação, de acordo com projecção do Ministério das Finanças de Angola, desceu de uma variação anual de 76,0% em 2003, para apenas 10,0% em 2007. As reservas externas fortaleceram-se consideravelmente, passando de 790 milhões de US\$ em 2003, para 8,9 mil milhões em 2007. As exportações, alicerçadas nos produtos energéticos, com um aumento da produção de petróleo de 875 mil barris/dia para mais de 2 milhões de barris/dia entre os dois anos, reforçadas pela conjuntura internacional que elevou o preço do petróleo angolano de 28,2 US\$/bbl para 59,7 US\$/bbl, conduziram a Balança Comercial a um saldo positivo avaliado pelo Ministério das Finanças de Angola em 27 mil milhões de US\$ em 2007 (4 mil milhões em 2003).

Este comportamento conduziu, segundo projecção do FMI, a um crescimento do PIB real de 23,4% em 2007 (3,3% em 2003), suportado por aumentos a dois dígitos tanto no sector petrolífero como no não-petrolífero (22,3% e 25,1% respectivamente). Por sua vez, com a reorientação de recursos humanos e financeiros para a reconstrução do país, vai-se criando um clima de confiança, propício ao aumento do investimento directo estrangeiro, que o Ministério das Finanças de Angola prevê vir a consolidar-se entre 2008 e 2012 (Quadro 1).

**Quadro 1 – Alguns indicadores económicos de Angola**

	Fonte	Unidades	2003	2004	2005	2006	2007
P.I.B. Preços corr.	FMI	10 <sup>6</sup> US\$	13 956	19 800	30 632	45 167	58 696
P.I.B. Real	FMI	var. anual (%)	3.3	11.2	20.6	18.6	23.4
Sector petrolífero	FMI	var. anual (%)	-2.2	13.1	26.0	13.1	22.3
Restantes sectores	FMI	var. anual (%)	10.3	9.0	14.1	27.5	25.1
P.N.B. per capita	FMI	US\$	848	1 157	1 740	2 506	3 180
Dívida externa	FMI	% do P.I.B.	73.1	54.5	39.9	20.3	16.3
Inflação	Min. Finanças	var. anual (%)	76.0	31.0	18.5	12.2	10.0
Saldo Bal. Comercial	Min. Finanças	10 <sup>6</sup> US\$	4 030	7 642	15 756	22 277	27 080
Saldo Bal. Corrente	Min. Finanças	10 <sup>6</sup> US\$	-717	685	5 138	10 537	4 058
Reservas externas	Min. Finanças	10 <sup>6</sup> US\$	790	2 030	4 140	8 400	8 900
IDE em Angola	UNCTAD	10 <sup>6</sup> US\$	3 505	1 449	-1 303	-1 140	-163*
Produção de petróleo	FMI	1000 bbl/dia	875	989	1 247	1 427	2 018
Preço do petróleo ang.	FMI	US\$/bbl	28.2	36.1	50.0	61.4	59.7

Por memória:

Perspectiva	Fonte	Unidades	2008	2009	2010	2011	2012
IDE em Angola	Min. Finanças	10 <sup>6</sup> US\$	481	1 114	1 556	2 131	1 945

\* Projecção do Ministério das Finanças de Angola

Fontes: FMI - Selected Economic Indicators, 2003-2007 (2006-estimativa; 2007-projecção); UNCTAD - World Investment Report 2007; Ministério das Finanças de Angola;

A Balança Comercial de Angola com o Mundo é fortemente favorável a Angola, revelando um crescimento sustentado quer das importações quer das exportações desde 2002 (Quadro 2).

<sup>5</sup> Informação mais detalhada poderá ser encontrada no sítio de [internet do GEE](#).

**Quadro 2 – Balança Comercial de Angola com o Mundo**

	milhões de US\$						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Importação (Cif)	2 203	3 436	3 063	4 465	7 033	8 133	11 176
t.v.h.	-	56.0	-10.9	45.8	57.5	15.6	37.4
Exportação (Cif)	7 315	6 170	7 220	8 506	11 541	20 216	29 096
t.v.h.	-	-15.6	17.0	17.8	35.7	75.2	43.9
Saldo (Fob-Cif)	5 112	2 734	4 157	4 041	4 508	12 083	17 920
t.v.h.	-	-46.5	52.1	-2.8	11.6	168.1	48.3
Cobertura (Fob/Cif)	332.1	179.6	235.7	190.5	164.1	248.6	260.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do FMI- Direction of Trade Statistics, Jan 2008.

Não se encontrando disponíveis dados oficiais angolanos para o comércio internacional desagregado por mercadorias, recorreu-se a informação estatística divulgada pelas Nações Unidas, nomeadamente a relativa às exportações para Angola dos diversos países que reportam àquela Organização. Não sendo exaustivos, estes dados englobam contudo 92,6% do total veiculado pelo FMI para o ano de 2006 (último disponível).

As principais exportações mundiais para Angola em 2006, integram-se no grupo do “Material de Transporte” (27,5% do total, com uma taxa média de crescimento anual entre 2002 e 2006 de +63,9%). Seguiram-se os grupos das “Máquinas” (25,3% e +35,3%), dos “Agro-alimentares” (15,8% e +21,2%), dos “Minérios e Metais” (12,9% e +53,3%), dos “Químicos” (6,8% e +32,5%), e dos “Produtos Acabados Diversos” (6,3% e +37,6%) (Quadro 3).

**Quadro 3 – Evolução das exportações mundiais para Angola por Grupos de Produtos – 2002 a 2006**

Grp	Grupos de Produtos	Valores em milhões de US\$					Tx.Var. média anual 02-06	Estrutura (%)		
		2002	2003	2004	2005	2006		2002	2004	2006
	<b>Total</b>	<b>2 802</b>	<b>4 341</b>	<b>6 615</b>	<b>7 701</b>	<b>10 348</b>	<b>38.6</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
	<i>tvh</i>		54.9	52.4	16.4	34.4				
8	Material de transporte	394	848	2 498	2 237	2 843	63.9	14.1	37.8	27.5
	<i>tvh</i>		115.4	194.6	-10.5	27.1				
7	Máquinas	788	1 102	1 376	1 915	2 620	35.0	28.1	20.8	25.3
	<i>tvh</i>		39.8	24.8	39.1	36.8				
0	Agro-alimentares	758	1 085	1 175	1 251	1 635	21.2	27.1	17.8	15.8
	<i>tvh</i>		43.1	8.3	6.5	30.6				
6	Minérios e metais	242	408	522	900	1 335	53.3	8.6	7.9	12.9
	<i>tvh</i>		68.4	28.2	72.3	48.4				
2	Químicos	228	315	388	487	704	32.5	8.2	5.9	6.8
	<i>tvh</i>		38.0	23.1	25.6	44.5				
9	Produtos acabados diversos	182	274	338	473	653	37.6	6.5	5.1	6.3
	<i>tvh</i>		50.9	23.3	39.7	38.1				
1	Energéticos	32	59	54	100	149	47.3	1.1	0.8	1.4
	<i>tvh</i>		87.0	-9.4	86.0	49.5				
4	Peles, couros e têxteis	60	94	91	120	149	25.3	2.2	1.4	1.4
	<i>tvh</i>		55.0	-2.2	31.0	24.0				
5	Vestuário e calçado	63	81	85	107	132	20.3	2.2	1.3	1.3
	<i>tvh</i>		29.4	5.0	25.7	22.7				
3	Madeira, cortiça e papel	54	74	87	111	129	24.1	1.9	1.3	1.2
	<i>tvh</i>		37.0	17.1	27.8	15.9				

Fonte: GEE, a partir de dados de base da ONU - Comtrade database - extração em Maio de 2008

O acréscimo substancial das importações angolanas de “Material de Transporte” a partir de 2004 assentou nas embarcações e estruturas flutuantes, como plataformas de perfuração e exploração de petróleo em *offshore* e outras de navegação acessória, maioritariamente fornecidas pela Coreia do Sul.

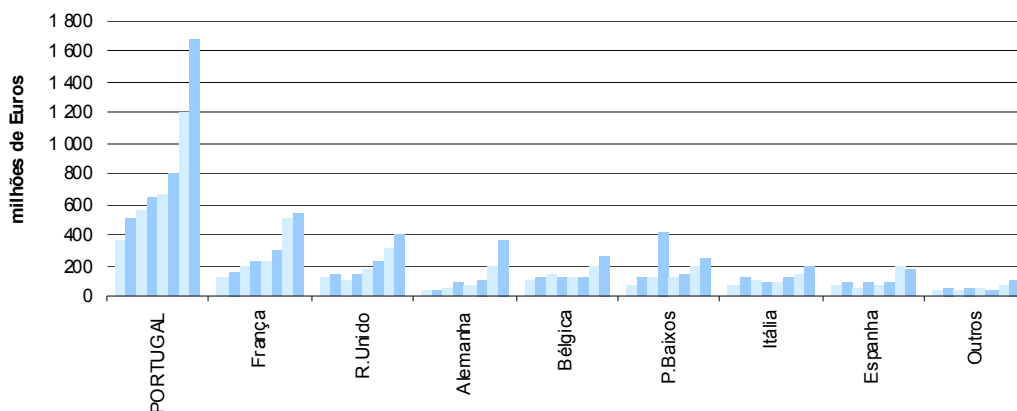
Excluindo a Coreia do Sul, entre 2002 e 2005, Portugal ocupou a primeira posição entre os 20 principais países exportadores para Angola, sempre seguido pelos EUA, que assumiram o primeiro lugar, a curta distância de Portugal em 2006.

O principal mercado de destino do petróleo bruto angolano é o dos EUA, seguidos da China, que vem reforçando a sua quota.

## 2 – Exportações da União Europeia para Angola

Os principais exportadores comunitários para Angola, além de Portugal, que viu as suas exportações crescerem significativamente em 2006 e 2007, são a França, o Reino Unido, a Alemanha, a Bélgica, os Países Baixos, a Itália e a Espanha, todos eles registando sensíveis aumentos nos dois últimos anos (Figura 1).

**Figura 1 – Evolução das exportações dos Estados-membros da UE-27 para Angola 2000 a 2007**



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000 a 2005 - Annual data, Supplement 2/2007; 2006 e 2007 - Monthly data 4/2008.

## 3 – Comércio bilateral de Portugal com Angola

A Balança Comercial com Angola é altamente favorável a Portugal, tendo o seu saldo atingido 1,3 mil milhões de Euros em 2007. As importações e as Exportações cresceram significativamente a partir de 2005. A quase totalidade das importações, que assentam no petróleo bruto, registou em 2007 um forte acréscimo em relação ao ano precedente (+600,4%), na sequência de um aumento significativo já verificado em 2006 (+109,9%) (Quadro 4).

**Quadro 4 – Balança Comercial de Portugal com Angola**

Valores em 1000 Euros

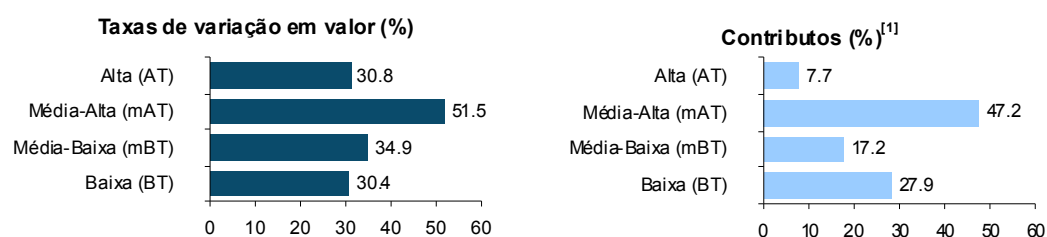
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Importação (Cif)	57 662	127 049	69 939	2 403	1 830	25 130	52 749	369 453
t.v.h.	-	120.3	-45.0	-96.6	-23.8	1272.9	109.9	600.4
% do Intra+Extra	0.13	0.29	0.16	0.01	0.00	0.05	0.10	0.67
% do Extra	0.57	1.24	0.82	0.03	0.02	0.22	0.41	2.64
Exportação (Fob)	370 986	503 600	569 564	651 699	671 061	803 029	1 210 189	1 680 181
t.v.h.	-	35.7	13.1	14.4	3.0	19.7	50.7	38.8
% do Intra+Extra	1.41	1.87	2.08	2.32	2.27	2.70	3.60	4.58
% do Extra	7.64	9.99	11.15	12.24	11.73	13.08	15.54	19.26
Saldo (Fob-Cif)	313 324	376 552	499 625	649 296	669 231	777 899	1 157 440	1 310 727
t.v.h.	-	20.2	32.7	30.0	3.1	16.2	48.8	13.2
Cobertura (Fob/Cif)	643.4	396.4	814.4	27116.3	36661.8	3195.4	2294.2	454.8

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões.

Em 2005, Angola ocupava a 9ª posição no *ranking* dos mercados de destino das mercadorias portuguesas, subindo para 8º lugar em 2006, 6º em 2007 e 5º no primeiro trimestre de 2008, segundo dados já disponíveis, apenas precedido da Espanha, Alemanha, França e Reino Unido, os habituais principais mercados prioritários. No 1º trimestre de 2008, Angola ultrapassou os EUA, o tradicional mercado de destino entre os Países Terceiros.

Os produtos industriais transformados exportados para Angola podem ser classificados de acordo com o seu grau de intensidade tecnológica. Verifica-se que 64,4% das exportações destes produtos em 2007, incidiram em produtos de **Média Tecnologia** (47,2% de **Média-Alta** e 17,2% de **Média-Baixa** tecnologia), 27,9% em produtos de **Baixa-Tecnologia**, e 7,7% em produtos de **Alta-Tecnologia** (Figura 2).

**Figura 2 – Taxas de crescimento das exportações de produtos industriais transformados em 2007 por grau de intensidade tecnológica, e contributos das suas componentes<sup>[1]</sup>**



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados - a análise 'shift share':  $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$  - em percentagem.

As exportações para Angola de produtos de Baixa Intensidade Tecnológica, que em 2001 representavam 42,7% do total, baixaram a sua quota para 33,4% em 2007.

Os maiores contributos para o crescimento em 2006 e 2007 foram dados por produtos de Média-Alta tecnologia, designadamente “Máquinas e equipamentos não eléctricos” (9,2% e 10,1%, respectivamente em 2006 e 2007), “Máquinas e aparelhos eléctricos” (5,6% e 4,5%), e Veículos a motor, reboques e semi-reboques (5,7% e 3,0%), a que se seguiram os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, classificados

como produtos de Baixa tecnologia (9,8% e 5,6%), e os “Produtos metálicos, excluindo máquinas e equipamentos” (5,8% e 2,8%), estes classificados como produtos de Média-Baixa tecnologia.

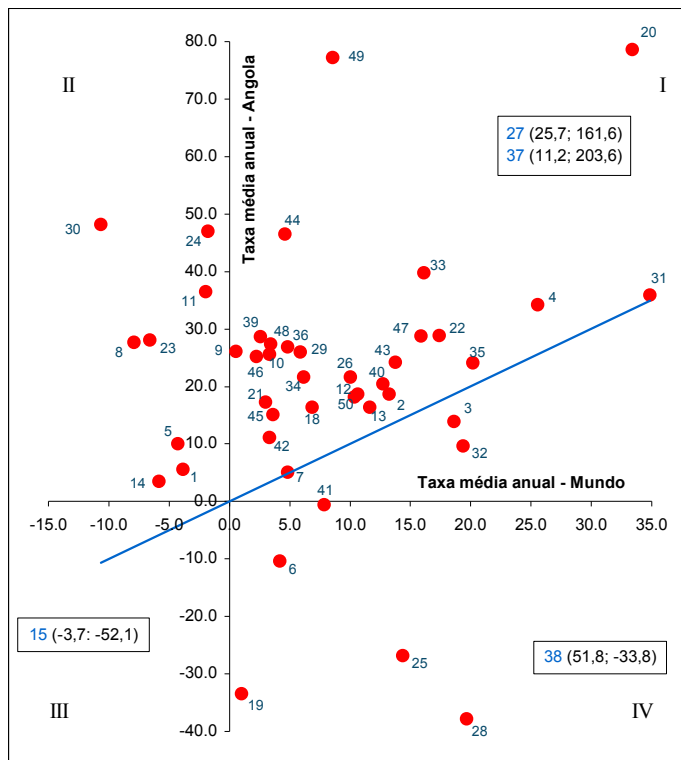
No diagrama da Figura 3 encontram-se representadas as taxas de crescimento médio anual dos principais 50 produtos de ‘exportação’ portuguesas em 2007, para o Mundo (eixo das abcissas) e para Angola (eixo das ordenadas), no período de 2002 a 2007, definidos a 4 dígitos do Sistema Harmonizado. A ‘bissetriz’ dos quadrantes ímpares é uma linha de referência sobre a qual se situam os produtos que apresentam taxas médias de crescimento anuais iguais no Mundo e em Angola.

Da figura ressalta que 37 desses produtos se encontram acima da linha de referência, o que significa que foi maior o seu crescimento em Angola do que no Mundo. Destes, em 8, os localizados no 2º quadrante, verificou-se decréscimo nas saídas para o Mundo mas aumento em Angola: (30) “Camisolas, *pullovers* e *cardigans* de malha”, (24) “Caixas de fundição e moldes”, (11) “Veículos para o transporte de mercadorias”, (23) “Fatos, casacos, calças e calções de tecido para homem”, (8) “Fios, cabos eléctricos isolados e fibra óptica”, (5) “Calçado de couro”, (1) “Automóveis de passageiros e mistos”, e (14) “Roupas de cama, mesa, toucador e cozinha”.

Dois produtos, sobre a linha de referência, registaram praticamente a mesma taxa de crescimento no Mundo e em Angola, com ligeira vantagem para Angola: (31) “Pórticos, estruturas e caixilhos em ferro e aço” e (7) “Papel e cartão de escrita ou para a indústria gráfica em rolos e folhas”.

**Figura 3 - Taxas de crescimento médio anual dos principais 50 produtos de 'exportação' portuguesas em 2007, para o Mundo e para Angola, no período 2002-2007**

Abrangência em 2007: 59,1% das saídas portuguesas para o Mundo e 28,6% das exportações portuguesas para Angola)



Nota: Os produtos 4703 (16) e 2603 (17) não foram exportados para Angola neste período.  
 Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2002 - última versão; 2007 - segunda versão.

Rank	SH-4
1	8703 Automóveis de passageiros e mistos
2	8708 Partes de tractores e automóveis
3	8542 Circuitos integrados electrónicos
4	2710 Gasolina/jet/gasóleo/fuel/lubríf
5	6403 Calçado de couro
6	8527 Receptores radiodifusão mesmo combinados
7	4802 Papel/cartão escrita/gráfica/em rolos/folhas
8	8544 Fios/cabos eléctric isolados/fibra óptica
9	6109 T-shirts e camisolas interiores, de malha
10	2204 Vinhos de uvas frescas
11	8704 Veículos p/ transporte de mercadorias
12	9401 Assentos e suas partes
13	4011 Pneumáticos novos, de borracha
14	6302 Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha
15	4503 Obras de cortiça natural
16	4703 Pastas químicas de madeira, à soda/sulfato
17	2603 Minérios de cobre e seus concentrados
18	3004 Medicamentos acondicionados
19	4504 Cortiça aglomerada e suas obras
20	2402 Charutos, cigarilhas e cigarros
21	8473 Partes máq calcular/process.dados/escritório
22	8481 Torneiras e válvulas
23	6203 Fatos/casacos/calças/calções de tecido, p/H
24	8480 Caixas de fundição e moldes
25	7601 Alumínio em formas brutas
26	9403 Mobiliário excepto médico e suas partes
27	2901 Etileno/propileno/butileno/etc.
28	7214 Barras ferro/aço forjadas/laminadas/a quente
29	8536 Interrupt/seccionad/aparelh protecção até 1 KV
30	6110 Camisolas, pull-overs, cardigans de malha
31	7308 Pórticos/estruturas/caixilhos de ferro/aço
32	3901 Polímeros de etileno em formas primárias
33	3920 Chapas/folhas de plástico não alveolar
34	7010 Garrafões, garrafas/frascos/etc. de vidro
35	3926 Obras de plástico (etileno/propileno/PVC/etc.)
36	8409 Partes de motores de explosão ou diesel
37	2902 Benzeno/tolueno/xileno/estireno/etc
38	7213 Fio-máquina de ferro ou aço não ligado
39	6204 Fatos/vestidos/saias/calças de tecido p/S
40	6908 Ladrilhos, mosaicos vidrados/esmaltados
41	7210 Laminados planos ferro/aço não ligado
42	8419 Aparelh aquecer/cozer/torrar/secar, etc
43	3824 Aglutinantes p/moldes; prod. químicos n.e.
44	4804 Papel e cartão Kraft em rolos ou folhas
45	6104 Fatos/vestidos/saias/calças de malha, p/S
46	8418 Refrigeradores/congeladores
47	4418 Obras de carpintaria para construções
48	6802 Pedra de cantaria/construção, excl. ardósia
49	4411 Painéis fibras madeira mesmo aglomeradas
50	6910 Lavatórios/banheiras/sanitas/etc, de cerâmica

Outros dois produtos, embora com comportamento positivo em Angola, situados no primeiro quadrante e abaixo da linha de referência, não acompanharam o crescimento para o Mundo: (32) “Polímeros e etileno em formas primárias” e (3) “Circuitos integrados electrónicos”.

Apenas 5 produtos, os localizados no 4º quadrante, tendo aumentado a sua saída para o Mundo registaram quebra em Angola; (41) “Laminados planos de ferro ou aço não ligado”, (6) Receptores de radiodifusão, mesmo combinados”, (25) “Alumínio em formas brutas”, (19) “Cortiça aglomerada e suas obras” e (28) “Barras de ferro ou aço forjadas e laminadas a quente”.

O único dos 50 produtos assinalados em que se verificou quebra simultânea no Mundo e em Angola (3º quadrante), foi: (15) “Obras de cortiça natural”.

Em todos os restantes 29 produtos foi superior a taxa média de crescimento anual entre 2002 e 2007 em Angola do que no Mundo<sup>6</sup>.

#### 4 – Investimento directo estrangeiro

O investimento estrangeiro em Angola tem incidido principalmente no sector petrolífero e também no dos diamantes. Com o regresso à paz, a estabilização macroeconómica favoreceu a criação de um ambiente de maior confiança para o investimento estrangeiro. Angola terá mesmo sido o país africano que mais investimento directo estrangeiro recebeu entre 2002 e 2004. O governo angolano pretende agora dinamizar o investimento estrangeiro, em particular na área da reconstrução e desenvolvimento de infra-estruturas, agilizando e tornando mais atractivo o quadro legal<sup>7</sup> (Quadros 5).

**Quadro 5 - Perspectiva de Investimento Directo Estrangeiro em Angola**  
2007 a 2012

	milhões de US\$					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Exterior em Angola	-163	481	1 114	1 556	2 131	1 945

Fonte: Ministério das Finanças de Angola;

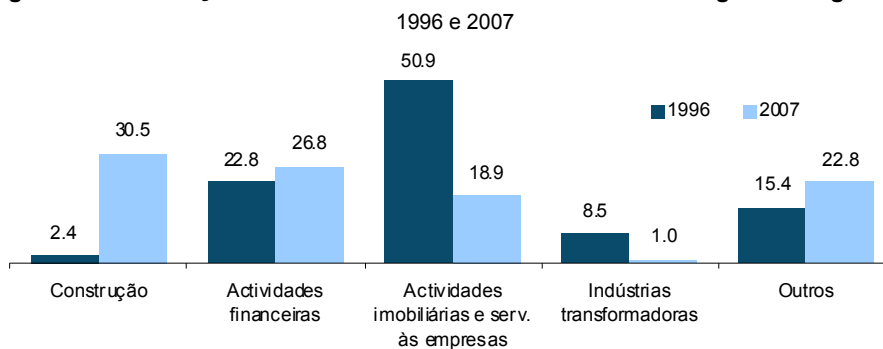
O investimento directo de Angola no exterior, embora de reduzida dimensão, registou um significativo acréscimo em 2005 e 2006.

O investimento de Portugal em Angola é pouco significativo no conjunto do investimento de Portugal no exterior, tendo representado em 2007 apenas 3,6% do **investimento bruto** total, em termos nominais.

Na Figura 4 podem-se observar as alterações da orientação dos investimentos originários de Portugal entre 1996 e 2007, com as “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, que ocupavam a posição dominante em 2006, a serem ultrapassadas pelos investimentos na “Construção” e nas “Actividades financeiras” em 2007.

<sup>6</sup> Entre os produtos, definidos a 4 dígitos do Sistema Harmonizado, em que Angola se afirma como o principal mercado de destino destacam-se, com um **peso de Angola superior a 60%**, os “Barcos de pesca”, os “Enchidos de carne”, as “Preparações químicas para usos fotográficos”, os “Empilhadores e veículos elevatórios de carga”, e os “*Bulldozers*, niveladoras, e semelhantes”; com peso de Angola **entre 40 e 60%**, seguem-se as “Águas minerais ou gaseificadas não açucaradas”, a “Cerveja”, os “Produtos de confeitaria sem cacau”, as “Máquinas de lavar louça, limpar, secar, etc.”, as “Ferramentas manuais”, as “Construções pré-fabricadas”, o “Óleo de soja”, as “Máquinas automáticas para processamento de dados”, os “Tractores, excepto para transporte de mercadorias a curta distância”, as “Preparações de carne, excepto enchidos”, e os “Automóveis para usos especiais, como ambulâncias e carros de bombeiros”.

<sup>7</sup> LEI Nº 17/03, DE 25 DE JULHO DE 2003 – LEI SOBRE OS INCENTIVOS FISCAIS E ADUANEIROS AO INVESTIMENTO PRIVADO.

**Figura 4 - Distribuição sectorial do investimento bruto de Portugal em Angola (%)**

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Banco de Portugal

O investimento de Angola em Portugal é muito pouco expressivo, no contexto do investimento directo estrangeiro em Portugal.

## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

### 1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião ECOFIN 8 de Julho de 2008</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 8 de Julho de 2008 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Debate público da apresentação do programa da Presidência:</b> A Ministra da Economia, das Finanças e do Emprego de França, Christine Lagarde, apresentou o programa de trabalhos para o ECOFIN que será levado a cabo durante a Presidência francesa do Conselho. O programa dá particular relevo às seguintes matérias: (i) dar resposta às preocupações dos europeus relativas à situação económica, num contexto de subida dos preços do petróleo e de riscos ambientais; (ii) aumentar a confiança dos agentes no sistema financeiro europeu; (iii) assegurar o bom funcionamento da união económica e monetária; (iv) continuar a integração do mercado interno.</li> <li>▪ <b>Procedimentos de défice excessivo:</b> Foi aprovada a Decisão do Conselho que revoga a anterior Decisão sobre a existência de défice excessivo na Polónia, uma vez que o seu défice foi reduzido, de forma sustentada, para valores inferiores a 3%. O Conselho adoptou ainda a Decisão sobre a existência de défice excessivo no Reino Unido bem como a Recomendação para a tomada de medidas, no prazo de seis meses, para a sua correcção. A Decisão foi baseada na informação, disponibilizada pelas autoridades britânicas de que o défice no período 2008/2009 deverá situar-se nos 3,2% do PIB.</li> <li>▪ <b>Adopção do euro pela Eslováquia:</b> O ECOFIN aprovou os documentos que formalizam o processo de adopção do euro pela Eslováquia a 1 de Janeiro de 2009, incluindo a taxa de conversão irrevogável, a qual foi fixada em 30,1260 coroas eslovacas por euro.</li> <li>▪ <b>Troca de opiniões sobre o preço do petróleo:</b> Os Ministros foram informados sobre as intenções da Presidência relativas ao papel do ECOFIN na implementação das conclusões do Conselho Europeu (de 19 e 20 de Junho) sobre a evolução do preço do petróleo. Assim, teve lugar uma troca de pontos de vista, onde foi alcançado um acordo político relativamente à publicação semanal de informação sobre os “stocks” de petróleo. As matérias que deverão ser abordadas pelo ECOFIN – com o intuito de preparar os Conselhos de Outubro e Dezembro – incluem: (i) funcionamento dos mercados e, em particular, formas de melhorar a sua transparência e razões para variações do preço; (ii) papel dos instrumentos financeiros, ao dispor da Comissão e do Banco Europeu de Investimento, no aumento da eficiência energética, utilização de energias renováveis e aproveitamento mais “amigo do ambiente” dos combustíveis fósseis; (iii) medidas para aliviar o impacto da subida do preço do petróleo.</li> </ul>

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

- **Governança do IASB:** Os Ministros adoptaram conclusões nesta matéria e reconheceram que a reforma da governança e da responsabilização pública do IASCF e do IASB deverá ser prosseguida à luz de alguns princípios, nomeadamente o reforço da responsabilização pública do IASCF através da criação de um Conselho de Supervisão, o qual deverá ser constituído por autoridades competentes responsáveis pelo interesse público. O IASB deverá ser dotado de uma maior transparência e legitimidade no processo de estabelecimento de normas e definição de programas de trabalho, devendo a sua composição reflectir um equilíbrio adequado entre conhecimentos práticos e técnicos, aliado a uma diversidade de experiência geográfica. Foi ainda enfatizada a urgência no reforço da capacidade da UE para contribuir de forma atempada e coerente para o debate internacional em matéria de contabilidade.
- **Mercados Financeiros – situação e execução do *roadmap* do Conselho (incluindo transparência e agências de notação):** O ECOFIN aprovou conclusões relativamente à implementação do *roadmap* sobre a turbulência nos mercados financeiros, no que se refere, em particular, à transparência do mercado e ao papel das agências de notação de risco, salientando: (i) a necessidade de uma maior coerência das práticas de divulgação, avaliação da exposição e respectiva contabilização por parte dos bancos e outras instituições financeiras e (ii) a necessidade de medidas adicionais no que se refere às agências de notação de risco, inclusive ao nível da regulação, apoiando o objectivo de se criar um regime reforçado de supervisão desta actividade, uma abordagem europeia mais forte, o reforço da cooperação internacional, tendo em vista uma aplicação rigorosa dos princípios internacionalmente aceites, e a criação de um sistema de registo das agências a nível da UE.

## Cimeira Luso-Marroquina

A X Cimeira Luso-Marroquina, que decorreu em Oeiras no dia 5 de Julho, resultou no aprofundamento das relações entre os dois países, nomeadamente através da assinatura de vários acordos de cooperação. Foram conseguidos avanços nos sectores do automóvel, do turismo, das infra-estruturas e da energia, em particular as energias renováveis.

Destaque-se o acordo que prevê a partilha do conhecimento português na exploração da energia eólica e o investimento de empresas portuguesas na construção de parques eólicos marroquinos. Foi também assinado um acordo no âmbito do turismo que prevê a cooperação para a reabilitação e recuperação de património português em Marrocos com fins turísticos baseando-se no modelo das pousadas. Iniciou-se uma nova cooperação no campo do sector automóvel através do fornecimento de componentes portugueses à indústria automóvel marroquina.

Os dois Governos comprometeram-se ainda a duplicar a linha de crédito para financiar projectos nos sectores da energia e do turismo, de 200 para 400 milhões de euros, depois da duplicação já ocorrida em 2007. No domínio do transporte aéreo, a TAP vai abrir uma nova linha comercial, a partir de Outubro, entre Lisboa e Casablanca.

## Inov Contacto

O AICEP lançou nova edição do Inov Contacto para o período de 2008/2009. Neste sentido estão abertas candidaturas, para 370 estágios internacionais, a

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

decorrer entre 4 de Julho a 17 de Agosto 2008, para os estagiários, e entre 4 de Julho a 20 de Setembro de 2008, para as empresas.

Estes estágios destinam-se a jovens licenciados com vocação para carreiras internacionais, com idade até 30 anos, sem emprego no momento em que concorrem ao Estágio.

Os estágios podem durar até 9 meses em mercados de interesse estratégico para Portugal, em empresas multinacionais de referência a nível mundial, PME com potencial de internacionalização e organismos internacionais de reconhecido interesse e mérito.

Este programa é promovido pelo Ministério da Economia e da Inovação, através dos fundos comunitários e do QREN/POPH, sendo a AICEP Portugal Global a entidade gestora.

## PME Investe

PME Investe é uma nova linha de crédito, lançada pelo Ministério da Economia e da Inovação, que visa proporcionar às PME condições mais favoráveis no acesso ao crédito para desenvolvimento dos seus negócios.

O novo instrumento foi criado no âmbito do QREN, com o objectivo de facilitar o acesso ao financiamento bancário, através da bonificação de taxas de juro e da minimização do risco das operações bancárias, mediante o recurso aos mecanismos de garantia do sistema nacional de garantia mútua.

A nova linha de crédito permite às PME obter financiamento bonificado com uma taxa correspondente à Euribor a três meses deduzida de 1,25%, sendo o valor máximo do financiamento de 1 milhão de euros. Este valor pode ascender a 1,5 milhões de euros, no caso das empresas reconhecidas pelo IAPMEI com o Estatuto de PME Líder.

O prazo de financiamento no âmbito da PME Investe é de 4 anos, podendo para as PME Líder ir até 5 anos.

As operações de crédito contratadas através da linha beneficiam de uma garantia até 50% do capital em dívida, emitida por uma sociedade de garantia mútua.

A bonificação total do financiamento (suportada por verbas do QREN) é igual à dedução de 1,25% sobre a Euribor adicionada do spread bancário aplicável e da comissão de garantia.

A linha PME Investe cobre empréstimos de médio e longo prazo e operações de locação financeira imobiliária e locação financeira de equipamentos, destinadas ao financiamento de investimentos novos em activos fixos corpóreos ou incorpóreos e ao aumento do fundo de maneiio associado ao incremento da actividade das empresas. Os investimentos com aquisição de terrenos, imóveis e viaturas e bens em estado de uso, não são considerados elegíveis para efeitos de financiamento.

## Netemprego imigrante

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) criou uma nova funcionalidade a partir da experiência concreta da plataforma Netemprego, a Netemprego imigrante, destinada exclusivamente aos cidadãos não comunitários que procuram trabalho em Portugal.

As ofertas de emprego em Portugal não preenchidas por cidadãos portugueses nem por cidadãos da União Europeia, são ajustadas à procura no estrangeiro. O Netemprego Imigrante é, assim, uma ferramenta destinada sobretudo às empresas em território português com dificuldade em recrutar trabalhadores qualificados.

A lei da imigração em vigor, aprovada em 2007, determina que o Governo fixe anualmente as necessidades de trabalhadores estrangeiros para os diferentes sectores de actividade, mediante parecer da Comissão Permanente de Concertação Social. Ao IEFP cabe divulgar online as ofertas

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

dos empregadores. Uma visita a este *site* permite ver que a oferta de trabalhos, não preenchidos em Portugal, vai desde funções exigindo poucas qualificações, a outras com requisitos muito específicos, como saber falar chinês, ou possuir formação em engenharia informática.

## 2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Sistema dos Consumos Intensivos de Energia</i></p> <p>Portaria n.º 519/2008 - I Série n.º 121, de 25/06</p>	<p>Aprova, no âmbito do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de Abril, que criou o sistema dos consumos intensivos de energia (SGCIE), os requisitos de credenciação (habilitação e experiência profissional) dos técnicos e entidades responsáveis pela monitorização dos consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia.</p>
<p><i>Empreendimentos Turísticos</i></p> <p>Portaria n.º 518/2008 - I Série n.º 121, de 25/06</p>	<p>Estabelece, no âmbito do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março), os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos. Assim, o presente diploma define os elementos que devem instruir os processos relativos aos pedidos de informação prévia e aos pedidos de licenciamento de operações de loteamento e de obras de edificação.</p>
<p><i>Acordo Portugal / Espanha</i></p> <p>Decreto n.º 18/2008 - I Série n.º 122, de 26/06</p>	<p>Aprova o Acordo entre Portugal e Espanha sobre a Manutenção Recíproca de Reservas de Petróleo Bruto e Produtos do Petróleo, assinado em Lisboa em 8 de Março de 2007. Este Acordo tem como objectivo facilitar a constituição e manutenção recíproca de reservas estratégicas de petróleo bruto e produtos petrolíferos, dando cumprimento a Directivas Comunitárias, bem como, reforçando os laços no sector da energia entre ambos os Estados. Este Acordo permitirá que entidades Portuguesas e Espanholas possam constituir e manter, reciprocamente, reservas estratégicas de petróleo bruto e produtos petrolíferos no território de cada um dos Estados, sob a condição de serem proprietárias dessas reservas.</p>
<p><i>Acordo Portugal / China</i></p> <p>Decreto n.º 17/2008 - I Série n.º 122, de 26/06</p>	<p>Aprova o Acordo entre Portugal e a China sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Lisboa em 10 de Dezembro de 2005. Este Acordo destina-se a intensificar a cooperação económica entre os dois Estados, criando condições favoráveis para a realização de investimentos pelas duas partes através de um quadro institucional mais adequado ao actual estágio de desenvolvimento das relações económicas entre os dois países. Assim, introduz-se uma nova distinção de território, consagra-se o princípio do tratamento nacional, garante-se a exclusão em matéria fiscal, clarificam-se as regras aplicáveis às transferências e a hipótese do recurso à arbitragem para a resolução de litígios entre investidores e Estados.</p>
<p><i>Propriedade Industrial</i></p> <p>Deliberação n.º 1738/2008 - II Série Parte C n.º 122, de 26/06</p>	<p>Publica a Tabela de Taxas de Direitos de Propriedade Industrial (actualização 2008-2009), relativamente a: Marcas, nomes ou insígnias de estabelecimento, logótipos, recompensas, denominações de origem ou indicações geográficas; Patentes de invenção, certificados complementares de protecção, modelos de utilidade e topografias dos produtos semicondutores; Desenhos ou modelos; outros meios de prova e actos diversos.</p>
<p><i>Estatuto dos Benefícios Fiscais</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 108/2008 - I Série n.º 122, de 26/06</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela lei do Orçamento do Estado para 2008 (artigo 91.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro), altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). Este Decreto-Lei procede à actualização do EBF (após as alterações, efectuadas em 2001), à consolidação de todas as alterações produzidas e à harmonização e simplificação das disposições vigentes, para que os conceitos sejam expressos com os mesmos vocábulos técnicos. O Estatuto dos Benefícios Fiscais é agora objecto de remuneração e de republicação.</p>
<p><i>Eficiência Energética</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2008 - I Série n.º 125, de 01/07</p>	<p>A presente Resolução visa promover a eficiência energética e ambiental nos transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem estimulando a renovação e o reequipamento das frota de forma a que este sector melhore a sua eficiência energética e contribua para reduzir a emissão de gases com efeitos de estufa e de partículas poluentes e melhorar a segurança rodoviária. Assim, determina a criação de um grupo de trabalho composto por representantes de vários Ministérios. A presente Resolução produz efeitos a partir de 2 de Julho de 2008.</p>
<p><i>Constituição Imediata de Associações</i></p> <p>Portaria n.º 569/2008 - I Série n.º 126, de 02/07</p>	<p>Alarga a mais 10 conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações. Com esta expansão a "associação na hora" fica disponível em 36 postos de atendimento. A presente portaria produz efeitos desde 30 de Junho de 2008.</p>

## **Abreviaturas Utilizadas**



